

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	7
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	18
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	95
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	99
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	100
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	101

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.096.170	2.265.046
1.01	Ativo Circulante	41.146	55.614
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.247	25.235
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.118	2.399
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.118	2.399
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.781	27.980
1.01.08.03	Outros	17.781	27.980
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	17.737	27.995
1.01.08.03.03	Outros Créditos	44	-15
1.02	Ativo Não Circulante	2.055.024	2.209.432
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	163.764	166.979
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	9.338	12.652
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	9.338	12.652
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	16.948	16.849
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	16.948	16.849
1.02.02	Investimentos	1.884.005	2.034.945
1.02.02.01	Participações Societárias	1.884.005	2.034.945
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	34.600	32.234
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.701.591	1.873.220
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	147.814	129.491
1.02.03	Imobilizado	48	51
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	48	51
1.02.04	Intangível	7.207	7.457
1.02.04.01	Intangíveis	7.207	7.457
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	7.207	7.457

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.096.170	2.265.046
2.01	Passivo Circulante	22.157	33.881
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	872	745
2.01.01.01	Obrigações Sociais	872	745
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	872	745
2.01.02	Fornecedores	1.259	918
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.259	918
2.01.03	Obrigações Fiscais	99	511
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	97	509
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	74	97
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	23	412
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	2
2.01.05	Outras Obrigações	19.927	31.707
2.01.05.02	Outros	19.927	31.707
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.721	31.499
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	206	208
2.02	Passivo Não Circulante	6.437	6.437
2.02.04	Provisões	6.437	6.437
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.263	1.263
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.02	Outras Provisões	5.174	5.174
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	5.174	5.174
2.03	Patrimônio Líquido	2.067.576	2.224.728
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.121.950	1.128.157
2.03.04.01	Reserva Legal	144.619	144.619
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	977.331	977.331
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	6.207
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-138.698	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-255.992	-243.745

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-177.787	-152.578	29.464	85.343
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.244	-11.585	-9.636	-16.743
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	1.453	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-491	-984	0	1.453
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-171.052	-140.009	37.647	100.633
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-177.787	-152.578	29.464	85.343
3.06	Resultado Financeiro	888	1.633	1.080	958
3.06.01	Receitas Financeiras	917	1.662	1.581	1.968
3.06.02	Despesas Financeiras	-29	-29	-501	-1.010
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-176.899	-150.945	30.544	86.301
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-176.899	-150.945	30.544	86.301
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-176.899	-150.945	30.544	86.301
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-4,32770	-3,69270	0,74720	2,11130
3.99.01.02	PN	-4,76050	-4,06200	0,82200	2,32240
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-4,32770	-3,69270	0,74720	2,11130
3.99.02.02	PN	-4,76050	-4,06200	0,82200	2,32240

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-176.899	-150.945	30.544	86.301
4.03	Resultado Abrangente do Período	-176.899	-150.945	30.544	86.301

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-10.007	-14.199
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-10.184	-14.797
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo Líquido antes do IR e da CSLL	-150.945	86.301
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	987	988
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	140.009	-100.633
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias	-235	-1.453
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	177	598
6.01.02.02	Outros Ativos	-59	-29
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-99	73
6.01.02.04	Fornecedores	341	67
6.01.02.05	Salários e Encargos Sociais	127	445
6.01.02.06	Tributos a Pagar	-412	-1.221
6.01.02.07	Outras Variações nos Ativos e Passivos	0	-7
6.01.02.08	Tributos a Recuperar	281	1.270
6.01.02.10	Outros Passivos	-2	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	20.455	111.985
6.02.04	Dividendos Recebidos	20.455	111.985
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.436	-72.999
6.03.02	Dividendos Pagos	-14.436	-72.999
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.988	24.787
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.235	16.916
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.247	41.703

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.207	0	0	-6.207
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.207	0	0	-6.207
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-138.698	-12.247	-150.945
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-150.945	0	-150.945
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	12.247	-12.247	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	12.247	-12.247	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.121.950	-138.698	-255.992	2.067.576

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-24.252	0	0	-24.252
5.04.06	Dividendos	0	0	-24.370	0	0	-24.370
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	118	0	0	118
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	91.576	-5.275	86.301
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	86.301	0	86.301
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	5.275	-5.275	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	5.275	-5.275	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	322.300	0	-322.300	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	322.300	0	-322.300	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	999.375	91.576	-25.760	2.405.507

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.862	-556
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.862	-2.009
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	1.453
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.862	-556
7.04	Retenções	-987	-988
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-987	-988
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.849	-1.544
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-138.347	102.601
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-140.009	100.633
7.06.02	Receitas Financeiras	1.662	1.968
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-141.196	101.057
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-141.196	101.057
7.08.01	Pessoal	9.505	14.500
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.505	14.500
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	244	222
7.08.02.01	Federais	244	222
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	34
7.08.03.01	Juros	0	24
7.08.03.02	Aluguéis	0	10
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-150.945	86.301
7.08.04.02	Dividendos	6.207	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-157.152	86.301

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	8.696.613	7.988.928
1.01	Ativo Circulante	3.956.528	3.589.141
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.270.750	922.047
1.01.03	Contas a Receber	1.348.048	1.474.884
1.01.03.01	Clientes	1.213.019	1.344.321
1.01.03.01.01	Clientes	1.580.829	1.684.821
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-367.810	-340.500
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	135.029	130.563
1.01.04	Estoques	7.531	8.036
1.01.06	Tributos a Recuperar	191.045	158.667
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	191.045	158.667
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.139.154	1.025.507
1.01.08.03	Outros	1.139.154	1.025.507
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	1.349	682
1.01.08.03.04	Outros Créditos	1.115.983	776.367
1.01.08.03.05	Ativo Financeiro - Parcela A	0	248.458
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	21.822	0
1.02	Ativo Não Circulante	4.740.085	4.399.787
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.363.295	952.462
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.03	Contas a Receber	19.168	18.037
1.02.01.03.01	Clientes	17.263	15.918
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.905	2.119
1.02.01.06	Tributos Diferidos	473.192	214.282
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	473.192	214.282
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	9.826	13.140
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	9.338	12.652
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	488	488
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	723.631	569.525
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	21.150	15.231
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	158.995	160.873
1.02.01.09.05	Ativo Indenizatório - Concessão	314.346	196.520
1.02.01.09.06	Ativo Financeiro Parcela A - CVA líquido	0	196.901
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	229.140	0
1.02.02	Investimentos	221.628	201.649
1.02.02.01	Participações Societárias	221.628	201.649
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	73.814	72.158
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	147.814	129.491
1.02.03	Imobilizado	159.868	174.856
1.02.04	Intangível	2.995.294	3.070.820
1.02.04.01	Intangíveis	2.995.294	3.070.820
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.982.104	3.055.684
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	13.190	15.136

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	8.696.613	7.988.928
2.01	Passivo Circulante	4.225.830	3.342.708
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	135.604	131.134
2.01.01.01	Obrigações Sociais	135.604	131.134
2.01.02	Fornecedores	521.024	732.321
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	521.024	732.321
2.01.03	Obrigações Fiscais	339.169	269.700
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	191.058	92.374
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	175.088	23.738
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	9.040	59.106
2.01.03.01.03	Outros	6.930	9.530
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	147.989	177.055
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	122	271
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	611.053	518.755
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	203.099	217.157
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	203.099	217.157
2.01.04.02	Debêntures	407.954	301.598
2.01.05	Outras Obrigações	2.442.848	1.517.593
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.502	18.343
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	13.502	18.343
2.01.05.02	Outros	2.429.346	1.499.250
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.721	31.499
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	1.948.953	1.415.572
2.01.05.02.05	Outros Passivos Circulantes	133.902	52.179
2.01.05.02.06	Passivo Financeiro - "Parcela A" - CVA	326.770	0
2.01.06	Provisões	176.132	173.205
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	176.132	173.205
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	176.132	173.205
2.02	Passivo Não Circulante	2.403.207	2.421.492
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	570.719	624.150
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	224.110	325.017
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	224.110	325.017
2.02.01.02	Debêntures	346.609	299.133
2.02.02	Outras Obrigações	335.519	259.178
2.02.02.02	Outros	335.519	259.178
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	196.688	256.703
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.475	2.475
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro - "Parcela A" - CVA	136.356	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	327
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	327
2.02.04	Provisões	1.496.969	1.537.837
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.422.183	1.462.047
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	22.341	22.325
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	49.924	50.443
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.196.458	1.236.010
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	153.460	153.269

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.02	Outras Provisões	74.786	75.790
2.02.04.02.04	Provisão Regulatórias	74.786	75.790
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.067.576	2.224.728
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.121.950	1.128.157
2.03.04.01	Reserva Legal	144.619	144.619
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	977.331	977.331
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	6.207
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-138.698	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-255.992	-243.745

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.235.741	2.879.114	1.647.896	3.462.343
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	1.625.234	3.375.634	1.624.755	3.225.051
3.01.02	Receita de Construção	97.300	181.582	95.380	182.352
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	-486.793	-678.102	-72.239	54.940
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.337.898	-2.822.381	-1.544.721	-3.225.848
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.240.598	-2.640.799	-1.449.341	-3.043.496
3.02.02	Custo de Construção	-97.300	-181.582	-95.380	-182.352
3.03	Resultado Bruto	-102.157	56.733	103.175	236.495
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-117.845	-219.743	-115.959	-184.930
3.04.01	Despesas com Vendas	-57.695	-107.154	-42.478	-87.696
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-83.707	-157.475	-67.389	-137.041
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	11.540	19.229	0	27.448
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-14.177	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.017	25.657	8.085	12.359
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-220.002	-163.010	-12.784	51.565
3.06	Resultado Financeiro	-51.682	-72.083	47.762	56.502
3.06.01	Receitas Financeiras	75.319	155.139	116.906	211.131
3.06.02	Despesas Financeiras	-127.001	-227.222	-69.144	-154.629
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-271.684	-235.093	34.978	108.067
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	94.785	84.148	-4.434	-21.766
3.08.01	Corrente	-77.227	-175.088	-89.723	-145.719
3.08.02	Diferido	172.012	259.236	85.289	123.953
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-176.899	-150.945	30.544	86.301
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-176.899	-150.945	30.544	86.301
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-176.899	-150.945	30.544	86.301
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-4,32770	-3,69270	0,74720	2,11130

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.99.01.02	PN	-4,76050	-4,06200	0,82200	2,32240
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-4,32770	-3,69270	0,74720	2,11130
3.99.02.02	PN	-4,76050	-4,06200	0,82200	2,32240

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-176.899	-150.945	30.544	86.301
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-176.899	-150.945	30.544	86.301
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-176.899	-150.945	30.544	86.301

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2016 à 30/06/2016	Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	488.045	103.662
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-185.002	116.756
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo Líquido antes do IR e da CSLL	-235.093	108.067
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	121.290	118.169
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-25.657	-12.359
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-20.138	0
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	130.630	98.775
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-137.915	-124.688
6.01.01.09	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	27.310	13.495
6.01.01.10	Juros Pagos	-84.550	-53.022
6.01.01.11	Contingência	-1.316	-10.125
6.01.01.13	Realização de Provisões para Perdas	-3.775	-7.347
6.01.01.14	Provisão para Passivo Atuarial	27.777	52.895
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-6.387	-90.854
6.01.01.16	Ganhos em Participações Societárias	60	-5
6.01.01.17	Baixa Ativo Indenizatório	706	23.546
6.01.01.18	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	22.056	6
6.01.01.20	Provisão/Reversão para Perdas de Ativos	0	203
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	673.047	-13.094
6.01.02.02	Contas a Receber	98.181	-350.595
6.01.02.03	Outros Ativos	-339.402	-164.806
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	1.878	-9.868
6.01.02.05	Fornecedores	-211.297	-4.987
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	4.470	2.814
6.01.02.07	Tributos a Pagar	32.296	144.740
6.01.02.08	Taxas Regulamentares	474.412	557.357
6.01.02.09	Obrigações com Benefícios a Empregados	0	-44.521
6.01.02.11	Estoques	505	905
6.01.02.12	Ativos Financeiros	59.934	0
6.01.02.13	Tributos a Recuperar	-38.297	-95.766
6.01.02.15	Passivo Atuarial	-104.241	-94.758
6.01.02.16	Passivos Regulatórios	623.110	0
6.01.02.17	Ativos Regulatórios	0	47.816
6.01.02.20	Outros Passivos	71.498	-1.425
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-157.297	-108.632
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-161.514	-138.359
6.02.05	Dividendos Recebidos	4.217	28.363
6.02.08	Aumento de Capital	0	-6.436
6.02.09	Redução Capital Investidas	0	7.800
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	17.955	-35.497
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-118.341	-365.438
6.03.03	Ingresso de Empréstimos	3.980	402.940
6.03.05	Dividendos Pagos	-14.436	-72.999
6.03.06	Debêntures	146.752	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	348.703	-40.467

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	922.047	449.789
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.270.750	409.322

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728	0	2.224.728
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728	0	2.224.728
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.207	0	0	-6.207	0	-6.207
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.207	0	0	-6.207	0	-6.207
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-138.698	-12.247	-150.945	0	-150.945
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-150.945	0	-150.945	0	-150.945
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	12.247	-12.247	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	12.247	-12.247	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.121.950	-138.698	-255.992	2.067.576	0	2.067.576

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458	0	2.343.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458	0	2.343.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-24.252	0	0	-24.252	0	-24.252
5.04.06	Dividendos	0	0	-24.370	0	0	-24.370	0	-24.370
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	118	0	0	118	0	118
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	91.576	-5.275	86.301	0	86.301
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	86.301	0	86.301	0	86.301
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	5.275	-5.275	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	5.275	-5.275	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	322.300	0	-322.300	0	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	322.300	0	-322.300	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	999.375	91.576	-25.760	2.405.507	0	2.405.507

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	5.272.559	5.660.618
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.092.967	5.478.729
7.01.02	Outras Receitas	25.320	13.032
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	181.582	182.352
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-27.310	-13.495
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.632.190	-2.990.827
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.371.405	-2.784.646
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-82.978	-84.669
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	3.775	7.347
7.02.04	Outros	-181.582	-128.859
7.02.04.01	Custos refs à Construção de Ativos Próprios	-181.582	-182.352
7.02.04.02	Perdas com Clientes	0	53.493
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.640.369	2.669.791
7.04	Retenções	-121.290	-118.169
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-121.290	-118.169
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.519.079	2.551.622
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	180.796	223.490
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	25.657	12.359
7.06.02	Receitas Financeiras	155.139	211.131
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.699.875	2.775.112
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.699.875	2.775.112
7.08.01	Pessoal	301.996	276.667
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.314.539	2.223.130
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	234.285	189.014
7.08.03.01	Juros	227.222	153.643
7.08.03.02	Aluguéis	7.063	35.371
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-150.945	86.301
7.08.04.02	Dividendos	6.207	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-157.152	86.301



1. Investimentos

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no segundo trimestre de 2016 chegaram a R\$200,6 milhões ante R\$204,7 milhões em 2015, sendo 2,05% inferior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Do total investido o maior volume (R\$200 milhões) foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão Celesc D (vide quadro abaixo):

Investimento	30 de junho 2016		30 de junho 2015		Análise Horizontal
	R\$	%	R\$	%	
Distribuição de Energia Elétrica	200.085	99,74%	196.617	96,01%	1,76%
Geração de Energia Elétrica	519	0,26%	8.178	3,99%	-93,65%
Total	200.604	100%	204.795	100%	-2,05%

2. Mercado Acionário

O Índice BOVESPA fechou o 2º trimestre de 2016 com valorização de 2,93%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou valorização de 10,50% no mesmo período. As Ações Preferenciais – PN da Companhia acompanharam o desempenho positivo do Setor Elétrico também apresentaram valorização de 11,77% nos seis primeiros meses de 2016.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 30 de junho de 2016 e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado:

	Fechamento		Desempenho *
	30 de junho 2016	2º TRI 2016	Variação % Em 12 meses
Celesc PN	R\$ 13,20	11,77%	-1,12%
Celesc ON	R\$ 25,00	-10,71%	-28,70%
IBOVESPA	51.526	2,93%	-2,92%
IEE	30.786	10,50%	1,76%

Fonte: DEF/DPRI

*Variações percentuais com ajuste a proventos

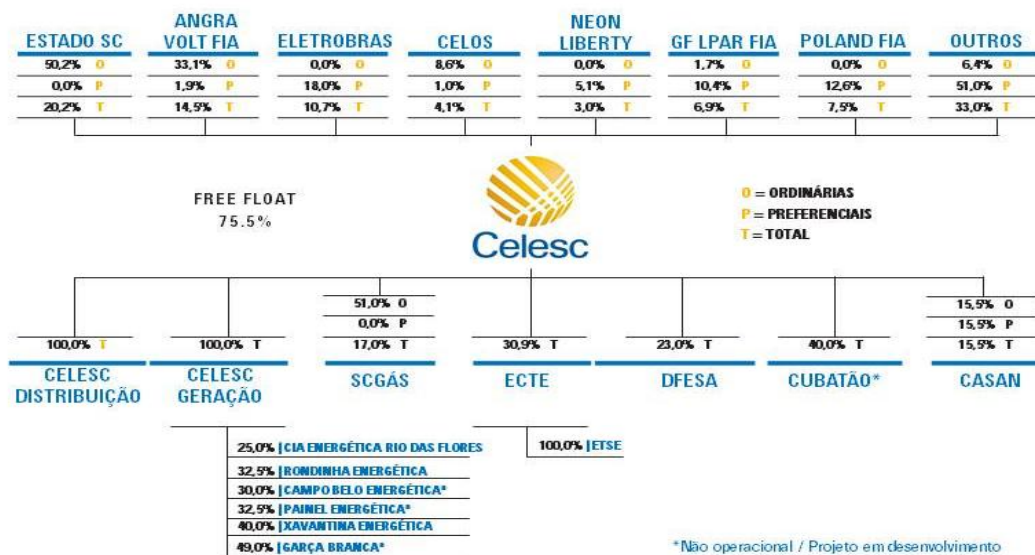
3. Valor de Mercado da Ação

O valor de mercado das ações da Celesc, em 30 de junho de 2016, conforme demonstrado, são: R\$13,20 para cada Ação Preferencial – PN (CLSC4) e R\$25,00 para cada Ação Ordinária – ON (CLSC3).

Comentário do Desempenho



Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das Ações Ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária da Celesc, em 30 de junho de 2016 está apresentada no gráfico a seguir:



Fonte: DEF/DPRI

4. Recursos Humanos

O grupo Celesc encerrou o segundo trimestre de 2016, com um quadro funcional de 3.372 empregados. O total de empregados representa um acréscimo de 2,09% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.303 empregados).

5. Desempenho Econômico Financeiro

O prejuízo líquido acumulado no semestre findo em 30 de junho de 2016 apresentado pela Companhia foi de R\$150,9 milhões, que representa uma redução de 274,91%, se comparado ao mesmo período de 2015 (lucro líquido de R\$ 86,3 milhões).

Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Companhia em 30 de junho de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Comentário do Desempenho



Dados Econômico-Financeiros	30 de junho 2016	30 de junho 2015 Reapresentado	AH
Receita Operacional Bruta	5.274.549	5.661.081	-6,83%
Receita Operacional Líquida	2.879.114	3.462.343	-16,84%
Resultado das Atividades	(163.010)	51.565	-416,13%
EBITDA Ajustado	(45.495)	161.604	-128,15%
EBITDA	(41.720)	168.748	-124,72%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	-1,58%	4,67%	-6,25 p.p.
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	-1,45%	4,87%	-6,32 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	-5,24%	2,49%	-7,23 p.p.
Resultado Financeiro	(72.083)	56.502	-227,58%
Ativo Total	8.696.613	6.888.398	26,25%
Imobilizado	159.868	211.229	-24,32%
Patrimônio Líquido	2.067.576	2.405.507	-14,05%
Lucro/Prejuízo Líquido	(150.945)	86.301	-274,91%

O Grupo encerrou 30 de junho de 2016 com uma Receita Operacional Bruta – ROB acumulada de R\$5.274,5 milhões com redução de 6,83% em relação a 2015 num valor de R\$5.661 milhões.

A Receita Operacional Líquida – ROL reduziu 16,84%, fechando o primeiro semestre de 2016 em R\$2.879,1 milhões em relação ao mesmo período de 2015 num valor de R\$3.462,3 milhões.

O EBITDA ajustado, do período de seis meses de 2016, atingiu o valor de R\$45.495 milhões negativos, ficando 128,15% menor em relação a 2015 (R\$161,6 milhões) e a Margem do EBITDA Ajustado passou de 4,67% no primeiro semestre de 2015 para -1,58% em 2016.

A movimentação do Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA - R\$ MIL	30 de junho 2016	30 de junho 2015
Lucro/Prejuízo líquido	(150.945)	86.301
IRPJ e CSLL corrente e diferido	(84.148)	21.766
Resultado financeiro	72.083	(56.502)
Depreciação e amortização	121.290	117.183
EBITDA	(41.720)	168.748
(-) Efeitos Não-Recorrentes		
Provisão Teste Impairment PCHs	-	203
Reversão da Provisão para Perdas do Imobilizado	(3.775)	(7.347)
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	(45.495)	161.604

Comentário do Desempenho



6. Composição Acionária

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340,0 milhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%) sem direito a voto. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 30 de junho 2016					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,01	7.791.201	20,20
Angra Partners Volt Fundo de Inv em Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	257.600	1,66	2.400.000	10,41	2.657.600	6,89
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
MCAP Poland FIA	-	-	2.904.200	12,60	2.904.200	7,53
Neon Liberty Capital Management LLC	-	-	1.173.300	5,09	1.173.300	3,04
Outros	992.952	6,39	11.755.382	51,01	12.748.334	33,06
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

Capital Social: R\$1.340.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

* Companhia de Capital Aberto

Fonte: DEF/DPRI

7. Participação Estrangeira no Capital

Os investidores estrangeiros encerraram o segundo trimestre de 2016 representando 14,56% do Capital Social total da Celesc, detendo um volume de 5.617.484 ações, na grande maioria ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	5.617.484	14,56%
Investidores Nacionais	32.954.107	85,44%
Total	38.571.591	100%

Fonte: DEF/DPRI

8. Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.305	1,01%	9.463.965	24,53%
Conselho de Administração	-	-	2	0,01%	2	0,01%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.147	98,98%	29.107.624	75,46%
Total	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%

Fonte: DEF/DPRI

Comentário do Desempenho



9. Ações em Circulação

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,0
Ações em Circulação	6.297.477	40,56	22.810.147	99,98	29.107.624	75,46

Fonte: DEF/DPRI

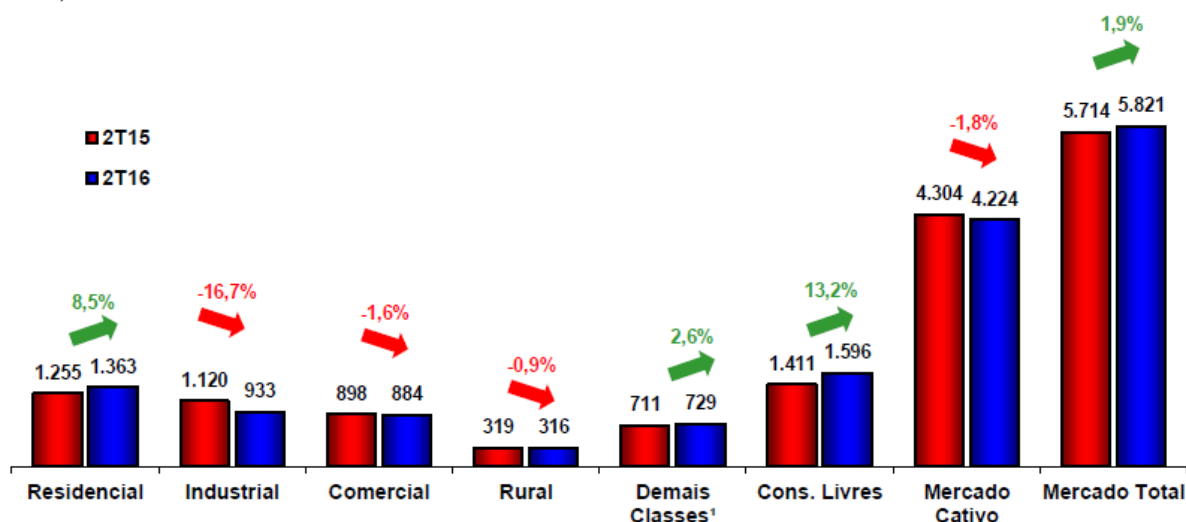
10. Balanço Energético

O Mercado Cativo da Celesc D apresentou retração de 1,8% no segundo trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 4.224 GWh.

Com relação ao Mercado Total, incluindo consumidores livres, houve um aumento de 1,9%, totalizando 5.821 GWh no segundo trimestre de 2016 em comparação a 5.714 GWh no segundo trimestre de 2015.

A principal causa do fraco desempenho do Mercado Cativo é a migração de consumidores para o ACL – Ambiente de Contratação Livre. Na classe industrial foram, somente nesse trimestre, 59 novas migrações representando 48 MWmed. Já na classe comercial ocorreram 17 migrações, que representam aproximadamente 4 MWmed. A perspectiva é que ainda ocorram muitas migrações ao longo de 2016 e 2017.

No gráfico a seguir podem ser observados os valores de consumo de cada classe no Mercado Cativo, como também o crescimento do Mercado Total.



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda. Não considera Consumo Próprio.

Comentário do Desempenho



11. Mercado de Energia Elétrica

MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA										
Descrição	2016		2015		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	2º Trim	Acumulado	2º Trim	Acumulado	2º Trim 2016	Acum 2016	2º Trim 2015	Acum 2015	2º Trim 16-15	Acum 16-15
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil										
Residencial	763.460	1.724.621	764.231	1.565.602	35,0%	36,1%	31,4%	33,6%	-0,1%	10,2%
Industrial	587.148	1.193.783	749.917	1.316.604	26,9%	25,0%	30,8%	28,2%	-21,7%	-9,3%
Comercial	516.393	1.180.552	579.229	1.137.270	23,7%	24,7%	23,8%	24,4%	-10,8%	3,8%
Rural	111.625	254.725	125.847	245.282	5,1%	5,3%	5,2%	5,3%	-11,3%	3,8%
Poder Público	65.042	134.569	64.880	121.172	3,0%	2,8%	2,7%	2,6%	0,3%	11,1%
Iluminação Pública	52.979	110.688	61.458	104.967	2,4%	2,3%	2,5%	2,3%	-13,8%	5,4%
Serviço Público	40.968	88.052	43.329	79.291	1,9%	1,8%	1,8%	1,7%	-5,5%	11,0%
Subtotal	2.137.614	4.686.988	2.388.890	4.570.189	97,9%	98,0%	98,2%	98,0%	-10,5%	2,6%
Suprimento	44.870	95.573	44.662	93.487	2,1%	2,0%	1,8%	2,0%	0,5%	2,2%
TOTAL	2.182.484	4.782.562	2.433.553	4.663.676	100%	100%	100%	100%	-10,3%	2,5%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	1.362.501	2.875.834	1.255.450	2.799.125	32,3%	32,9%	29,2%	31,0%	8,5%	2,7%
Industrial	932.853	1.842.282	1.120.308	2.182.173	22,1%	21,1%	26,0%	24,1%	-16,7%	-15,6%
Comercial	883.934	1.885.550	898.052	1.931.832	20,9%	21,6%	20,9%	21,4%	-1,6%	-2,4%
Rural	316.039	669.789	319.047	681.532	7,5%	7,7%	7,4%	7,5%	-0,9%	-1,7%
Poder Público	114.353	224.230	104.511	213.920	2,7%	2,6%	2,4%	2,4%	9,4%	4,8%
Iluminação Pública	152.191	299.050	145.997	289.560	3,6%	3,4%	3,4%	3,2%	4,2%	3,3%
Serviço Público	84.509	172.261	81.319	164.534	2,0%	2,0%	1,9%	1,8%	3,9%	4,7%
Subtotal	3.846.379	7.968.995	3.924.685	8.262.675	91,1%	91,3%	91,2%	91,4%	-2,0%	-3,6%
Suprimento	377.893	759.074	378.928	774.328	8,9%	8,7%	8,8%	8,6%	-0,3%	-2,0%
TOTAL	4.224.271	8.728.068	4.303.613	9.037.003	100%	100%	100%	100%	-1,8%	-3,4%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$										
Residencial	560,34	599,69	608,73	559,32	110,7%	111,7%	109,7%	110,6%	-7,9%	7,2%
Industrial	629,41	647,99	669,38	603,35	124,4%	120,7%	120,6%	119,3%	-6,0%	7,4%
Comercial	584,20	626,10	644,98	588,70	115,4%	116,6%	116,2%	116,4%	-9,4%	6,4%
Rural	353,20	380,31	394,45	359,90	69,8%	70,8%	71,1%	71,2%	-10,5%	5,7%
Poder Público	568,78	600,14	620,79	566,44	112,4%	111,8%	111,8%	112,0%	-8,4%	5,9%
Iluminação Pública	348,11	370,13	420,95	362,51	68,8%	68,9%	75,8%	71,7%	-17,3%	2,1%
Serviço Público	484,78	511,16	532,83	481,91	95,8%	95,2%	96,0%	95,3%	-9,0%	6,1%
Subtotal	555,75	588,15	608,68	553,11	109,8%	109,5%	109,7%	109,4%	-8,7%	6,3%
Suprimento	118,74	125,91	117,87	120,73	23,5%	23,4%	21,2%	23,9%	0,7%	4,3%
TOTAL	506,03	537,00	555,09	505,72	100%	100%	100%	100%	-8,8%	6,2%

Fonte: DCL

Comentário do Desempenho



12. Cláusula Compromissória

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado,

conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

13. Auditores Independentes

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM /SNC/SEP nº 01, de 25 de fevereiro de 2005, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 15 de agosto de 2016.

A Administração



1. Contexto Operacional

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada em 9 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A., em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital Total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas têm como atividade preponderante a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Em 30 de junho de 2016, as principais controladas integrais consolidadas, investimentos de controle compartilhado e coligadas são:

Percentual de Participação Integralizado – %		
Descrição	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Controladas	Direta	Direta
Celesc Geração S.A. (Celesc G)	100	100
Celesc Distribuição S.A. (Celesc D)	100	100

Percentual de Participação – %				
Descrição	30 de junho 2016		31 de dezembro 2015	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em Conjunto				
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS	17	-	17	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	30,88	-	30,88	-
Coligadas				
Dona Francisca Energética S.A. – DFESA	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	40	-	40	-
Campo Belo Energética S.A.	-	30	-	30
Painel Energética S.A.	-	32,5	-	32,5
Rondinha Energética S.A.	-	32,5	-	32,5
Companhia Energética Rio das Flores S.A.	-	25	-	25
Xavantina Energética S.A.	-	40	-	40
Garça Branca Energética S.A.	-	49	-	49



1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela ANEEL.

1.1.1. Das Concessões

a) Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

Em 22 de julho de 1999, a Celesc assinou o Contrato nº 56 de concessão de Distribuição de Energia Elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D. A referida concessão teve prazo de vigência até 07 de julho de 2015.

A subsidiária integral da Celesc é responsável pelos serviços de distribuição de energia elétrica em 92% do território de Santa Catarina. Seus serviços chegam a 264 dos 295 municípios catarinenses e ao município de Rio Negro, no Paraná, atendendo a 2,7 milhões de unidades consumidoras. A Celesc D atua ainda no suprimento de energia elétrica para o atendimento de quatro concessionárias e 11 permissionárias, responsáveis pelo atendimento dos demais 31 municípios catarinenses.

Em 09 de dezembro de 2015 a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos até 07 de julho de 2045. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão, assim como o termo aditivo que prorrogou a concessão, está dentro do escopo do ICPC01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo intangível e ativo indenizável.

O reajuste tarifário ocorre no dia 07 de agosto de cada ano e a revisão tarifária periódica a cada quatro anos. Em 05 de abril de 2015, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.035, que prorroga a vigência das tarifas de aplicação da Celesc D até 21 de agosto de 2016.

b) Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G é a subsidiária integral das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, com forte atuação no segmento de geração de energia elétrica, ênfase nas áreas de operação e manutenção de usinas e comercialização de energia elétrica, a controlada Celesc G, possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica e prestação do serviço de geração:

Geradora	Localidade	Garantia Física (MW)	Potência Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros (ii)	Rio dos Cedros/SC	16,70	24,60	07/11/2046
Bracinho – Rio Bracinho (ii)	Schroeder/SC	8,80	15,00	07/11/2046
Garcia – Rio Garcia (ii)	Angelina/SC	7,10	8,92	05/01/2046
Cedros – Rio dos Cedros (ii)	Rio dos Cedros/SC	6,75	8,40	07/11/2046
Salto – Rio Itajaí-Açu (ii)	Blumenau/SC	3,99	6,28	07/11/2046
Celso Ramos – Rio Chapecozinho (iii)	Faxinal do Guedes/SC	3,80	5,40	17/03/2035
Pery – Rio Canoas (iv)	Curitibanos/SC	14,08	30,00	09/07/2017
Caveiras – Rio Caveiras	Lages/SC	2,77	3,83	10/07/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,03	2,60	(i)
Piraí – Rio Piraí	Joinville/SC	0,45	0,78	(i)
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,22	0,42	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,50	0,52	(i)
Total da Capacidade Instalada		67,19	106,75	

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

(i) Centrais Geradoras Hidrelétricas que não possuem prazo determinado de concessão.

(ii) Em 25 de novembro de 2015, a Celesc G participou e obteve êxito no leilão nº 12/2015 da ANEEL, retomando a concessão para explorar os serviços de geração das PCHs Garcia, Bracinho, Salto, Palmeiras e Cedros por mais 30 anos.

(iii) Em 17 de março de 2015, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.078, a ANEEL autorizou a ampliação para 12,82MW a potência instalada da PCH Celso Ramos e a prorrogação da concessão por um prazo de 20 anos, a contar da data de publicação da Resolução, condicionada a entrada em operação comercial das unidades geradoras 3 e 4 até a data de vencimento da atual concessão. Em 03 de fevereiro de 2016, a Celesc G e a ANEEL assinaram o segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de uso do bem público nº 006/2013 com o objetivo de formalizar a ampliação e a prorrogação da PCH Celso Ramos.

(iv) Foi excluída da decisão em relação à adesão às regras editadas pela MP nº 579/12, a Usina Pery, com questionamento realizado em âmbito judicial através de Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei Federal nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL, sendo o pedido de suspensão do prazo para a assinatura do Termo Aditivo acolhido.

A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região (Porto Alegre). Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G, atribuindo-se novamente efeito suspensivo ao caso, até decisão final e encerramento do processo. Atualmente o processo encontra-se em fase de apreciação dos Recursos Excepcionais às Instâncias Superiores do Superior Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

O quadro a seguir representa os projetos de expansão da geração no parque próprio da Celesc G:

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Acréscimo da Potência (MW)	Potência Final (MW)
PCH Celso Ramos*	5,4	7,4	12,8
PCH Salto	6,3	23,7	30,0
PCH Cedros	8,4	3,6	12,0
CGH Pinhal	-	1,0	1,0
CGH Rio Bonito	-	0,8	0,8
Subtotal	20,1	36,5	56,6

* Potência Final conforme Resolução Autorizativa da ANEEL nº 5.078/2015

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

O parque de geração em parceria com investidores privados possui 25,28MW. A potência equivalente à participação societária da Celesc nesses empreendimentos é de 7,95MW de potência instalada, conforme quadro abaixo:

Usinas	Localização	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)
PCH Prata	Bandeirante/SC	3,00	1,68	25,0%	0,75	0,42
PCH Belmonte	Belmonte/SC	3,60	1,84	25,0%	0,90	0,46
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	3,00	1,76	25,0%	0,75	0,44
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
Total - MW		25,28	14,30		7,95	4,52

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

A Celesc G possui participação societária em outros três empreendimentos, ainda em estágio de desenvolvimento, totalizando 25,70MW de potência instalada. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 9,18MW de potência instalada, conforme quadro abaixo:

Usinas	Localização	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc G	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)	Estágio do Desenvolvimento
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69	Em obras
PCH Painei	São Joaquim/SC	9,20	4,80	32,5%	2,99	1,56	Em projeto
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	10,00	4,13	30,0%	3,00	1,24	Em projeto
Total - MW		25,70	12,37		9,18	4,49	

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

b.1) Contrato de Concessão das Usinas da Celesc G – Leilão nº 12/2015

A Celesc G participou do Leilão nº 12/2015 de Contratação de Concessões de Usinas Hidrelétricas em Regime de Alocação de Cotas de Garantia Física e Potência realizado pela ANEEL, no dia 25 de novembro 2015.



A Companhia teve êxito no Lote C arrematando, no referido leilão, as Usinas Garcia, Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, de sua propriedade e que não tiveram a prorrogação antecipada de suas concessões. A assinatura do contrato de concessão em 05 de janeiro de 2016 foi mediante o pagamento de bonificação de outorga.

As Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, possuem concessão até 07 de novembro de 2016. O início do prazo da nova concessão de 30 anos e a alocação em cotas de garantia física de energia e potência, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013, terá vigência a partir de 08 de novembro, conforme disposto no §3º do artigo 1º da Portaria MME nº 218/2015.

A usina Garcia, com potência instalada de 8,92MW, teve o vencimento da sua concessão em 07 de julho de 2015. O prazo da nova concessão é de 30 anos a partir da assinatura do novo contrato.

A energia gerada pela usina será alocada no regime de cotas, que é o percentual da Garantia Física de Energia e de Potência da Usina alocada às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN. O regime de cotas será de 100% da garantia física em 2016 e 70% a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme estabelecido na Resolução nº 2 de 18 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.

b.2) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF

A Celesc G, entrou com uma Ação Ordinária Judicial contra a ANEEL requerendo que a mesma determine à CCEE a revisão da forma de cálculo do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, bem como que lhe seja garantido o aporte de energia equivalente à garantia física, *Generation Scaling Factor* – GSF.

Em pedido de tutela antecipada, a Celesc G solicitou:

- i) que a ANEEL determine que a CCEE aloque mensalmente à autora montante de energia equivalente aos 100% da GSF;
- ii) caso o item i) não seja deferido, que garanta à autora o equivalente de energia aos 95% da GSF; e
- iii) ou subsidiariamente, montante de energia elétrica equivalente ao que seria a geração total do MRE caso não houvesse a garantia física.

Requeru ainda, que os itens (i), (ii) ou (iii), mencionados acima, sejam antecipadamente assegurados até o trânsito em julgado da ação.

Em resumo, a Celesc G busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do GSF, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

O GSF representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e o somatório das garantias físicas das usinas. Entre os anos 2005 e 2012, o GSF anual do MRE sempre ficou acima de



100%, não onerando os geradores hidrelétricos. A partir de 2013, este cenário começou a se inverter, agravando-se severamente em 2014, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano. Para o ano 2015, os valores apresentaram média de 80,1%. O GSF abaixo dos 100% impôs aos geradores um ajuste em sua garantia física no âmbito do MRE, o qual fica aquém do montante de seus contratos de comercialização de energia e que obriga os geradores a adquirir a energia deficitária ao preço do mercado livre.

Em 05 de agosto de 2015, foi emitida a decisão judicial pela 5ª Vara Federal, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, deferindo o pedido liminar vindicado, concedendo parcialmente a tutela antecipada e determinando que a ANEEL e a CCEE abstenham-se de proceder ao ajuste do MRE, caso haja geração total do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE – em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto, de forma a limitar a incidência do fator de ajuste GSF ao percentual máximo de 5% (cinco por cento) do total da garantia física das demandantes.

A decisão judicial também suspendeu a contabilização e cobrança pela CCEE da parcela a vencer (liquidação) no dia 05 de julho de 2015, e demais, através do Mecanismo Auxiliar de Cálculo, tudo até ulterior decisão deste juízo, sob pena de multa diária no montante de R\$50.

Em 12 de fevereiro de 2016, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região concedeu tutela parcial, determinando que a União e a ANEEL, abstenham-se de proceder ao ajuste do MRE à Celesc G, caso haja geração total do MRE em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto, de forma a limitar a incidência do fator de ajuste GSF ao percentual máximo de 5% (cinco por cento) do total da garantia física das demandantes. Determinou, ainda, a recontabilização das liquidações realizadas, em especial a parcela de rateio de ajuste do MRE/GSF, com vencimento a partir de 05 de agosto de 2015.

A Celesc G não aderiu a repactuação do risco hidrológico proposto pela Lei Federal nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015.

c) Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A SCGÁS é a empresa responsável pela distribuição do gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda – Mitsui Gás e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás.

A controlada em conjunto SCGÁS, possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

d) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.



Por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 88/2000 – ANEEL, datado de 1º de novembro de 2000, celebrado com a União, a ANEEL, outorgou à ECTE a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 525kV, com 252,5 km de extensão, com origem na subestação de Campos Novos e término na subestação de Blumenau, no estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 30,88% de participação no Capital Social da ECTE.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL é do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

e) Dona Francisca Energética S.A. – DFESA

A DFESA é uma concessionária produtora independente de energia elétrica, com contrato de concessão de 28 de agosto de 1998 e prazo de vigência de 35 anos, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da empresa.

f) Legislações Aplicáveis as Concessões

i) Subvenção e Repasse da CDE

A ANEEL por meio da Nota Técnica nº 252, de 31 de julho de 2014, homologou o repasse pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras à Celesc D, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$35.407, competência de agosto de 2014 a julho de 2015.

Em 27 de fevereiro de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$40.102 com vigência de março a julho de 2015.

Em 30 de setembro de 2015, por meio da Nota Técnica nº 261, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$49.857 com vigência de agosto de 2015 a julho de 2016.

Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido.

ii) Decreto nº 8.401 de 04 de Fevereiro de 2015 – Bandeiras Tarifárias

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

O Decreto nº 8.401/2015 estabelece que as bandeiras tarifárias deverão considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.



A ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 28 de 05 de fevereiro de 2015, regulamenta que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição deverão ser revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, sendo repassados pela CCEE aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e as receitas obtidas conforme cobertura tarifária vigente.

As bandeiras tarifárias passam a ser acionadas conforme o seguinte critério:

I - bandeira tarifária verde: será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for inferior ao valor de R\$200,00 (duzentos reais) MWh;

II - bandeira tarifária amarela: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$200,00 (duzentos reais) MWh e inferior ao valor-teto do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD;

III - bandeira tarifária vermelha: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao valor-teto do PLD.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

A Celesc D aplicou para seus consumidores nos meses de janeiro e fevereiro de 2016 a bandeira tarifária vermelha. No mês de março, o governo decidiu desligar as usinas térmicas com custo de geração acima de R\$420 reais/MWh, permitindo a adoção da bandeira tarifária amarela.

Nos meses de abril a junho de 2016, a ANEEL adotou a bandeira tarifária verde. Três fatores principais contribuíram para a bandeira verde: a evolução positiva do período úmido de 2016, que recompõe os reservatórios das hidrelétricas; o aumento de energia disponível com redução de demanda; e a adição de novas usinas ao sistema elétrico brasileiro.

iii) Resolução Homologatória nº 1.858 de 27 de Fevereiro de 2015 – Revisão Tarifária Extraordinária – RTE

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL autorizou os índices de reajuste da tarifa referentes à RTE, para 58 concessionárias em todo o País. Os novos valores tarifários começaram a vigorar a partir de 2 de março e variam conforme a realidade de cada distribuidora.

A RTE está prevista no Contrato de Concessão de Distribuição e na Lei Geral das Concessões e é o mecanismo utilizado para promover o equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias diante de custos extras, quando não previstos nos processos ordinários de reajuste e, portanto, sem previsão de cobertura tarifária.



Para os clientes da Celesc D, o Índice de Reposicionamento Tarifário a ser aplicado tem efeito médio de 24,8%, variando de 21,31% para os consumidores residenciais atendidos em baixa tensão a 29,90% para o Grupo A1 (indústria), atendido em tensão maior ou igual a 230 kV.

Na Celesc D o índice de reajuste para cada nível de tensão, considerando a bandeira verde, é:

Nível de Tensão	Efeito Médio	Nº de consumidores
A1 (230kV ou mais)	29,90%	1
A2 (88kV a 138kV)	29,06%	44
A3 (69kV)	28,68%	25
A3a (30kV a 44kV)	28,68%	8
A4 (2,3 kV a 25kV)	24,64%	10.429
BT (menor que 2,3kV)	21,31%	2.779.792

(i) Informações não revisadas

Os valores da RTE da Celesc D tem o objetivo de cobrir o aumento do custo da compra de energia da Usina Itaipu, que sofreu variação de 46,14% no mês de janeiro de 2015; a elevação em 1.292% dos encargos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, devido ao fim dos subsídios do Governo Federal aos programas sociais de universalização da energia elétrica e fomento à geração de energia alternativa; e também dos custos com a aquisição de energia em leilões de ajuste, necessários para atender o acréscimo da demanda.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

2.1.1. Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 08 de agosto de 2016.

2.2. Base de Mensuração

2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.



2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para os próximos períodos estão contempladas a seguir.

a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo/receita líquida para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia utiliza a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício de acordo com as condições atuais de mercado. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Ao definir a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.



d) Contingências

A Companhia atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança. A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

e) Impairment de Ativos Não Financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

f) Uso do Bem Público – UBP

São os valores contratados relativos ao direito do UBP para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

A obrigação está registrada no passivo circulante e não circulante segregada dos encargos financeiros, e, a despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas nas Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as Notas Explicativas nessa ITR de forma resumida nos casos em que não haja mudanças em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da Nota Explicativa completa na Demonstração Financeira Anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário.

Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na nota resumo das principais políticas contábeis àquelas Demonstrações Financeiras.



3.1 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes as Demonstração de Resultado, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidados do período findo em 30 de junho 2015, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*.

Essas reclassificações não tiveram impactos no lucro líquido da Companhia.

Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

3.1.1. Demonstrações de Resultados – Consolidado

	Consolidado		
	30 de junho 2015 Original	Reclassificação	30 de junho 2015 Reapresentado
Receita	3.462.952	(609)	3.462.343
Receita das Vendas e Serviços (i)	3.225.660	(609)	3.225.051
Receita de Construção – CPC 17	182.352	-	182.352
Receita Parcela A – CVA	54.940	-	54.940
Custos	(3.225.848)	-	(3.225.848)
Custo das Vendas e Serviços	(3.043.496)	-	(3.043.496)
Custo de Construção – CPC 17	(182.352)	-	(182.352)
Lucro Bruto	237.104	(609)	236.495
Despesas com Vendas	(87.696)	-	(87.696)
Despesas Gerais e Administrativas (ii)	(181.562)	44.521	(137.041)
Outras Receitas/Despesas, Líquidas (i)	26.839	609	27.448
Resultado de Equivalência Patrimonial	12.359	-	12.359
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	7.044	44.521	51.565
Receitas Financeiras	211.131	-	211.131
Despesas Financeiras (ii)	(110.108)	(44.521)	(154.629)
Resultado Financeiro	101.023	(44.521)	56.502
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	108.067	-	108.067
Imposto de Renda e Contribuição Social	(21.766)	-	(21.766)
Lucro Líquido do Exercício	86.301	-	86.301
Lucro por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)	86.301	-	86.301
Lucro Básico por Ação	86.301	-	86.301
Ações Ordinárias Nominativas	2,11130	-	2,11130
Ações Preferenciais Nominativas	2,32240	-	2,32240
Lucro Diluído por Ação	86.301	-	86.301
Ações Ordinárias Nominativas	2,11130	-	2,11130
Ações Preferenciais Nominativas	2,32240	-	2,32240



3.1.2 Demonstração do Valor Adicionado – Consolidado

	30 de junho 2015 Original	Reclassificação	Consolidado 30 de junho 2015 Reapresentado
Receitas	5.660.618	-	5.660.618
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	5.478.729	-	5.478.729
Receita com a Construção de Ativos	182.352	-	182.352
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.495)	-	(13.495)
Outras Receitas	13.032	-	13.032
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo das Mercadorias e Serviços Públicos Vendidos	(2.784.646)	-	(2.784.646)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(84.669)	-	(84.669)
Gastos com a Construção de Ativos	(182.352)	-	(182.352)
Perdas/Recuperação de Ativos	7.347	-	7.347
Perdas com Clientes	53.493	-	53.493
Valor Adicionado Bruto	2.669.791	-	2.669.791
Depreciação e Amortização	(118.169)	-	(118.169)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	2.551.622	-	2.551.622
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Resultado de Equivalência Patrimonial	12.359	-	12.359
Receitas Financeiras	211.131	-	211.131
Valor Adicionado Total a Distribuir	2.775.112	-	2.775.112
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal (ii)	(321.188)	44.521	(276.667)
Impostos, Taxas e Contribuições	(2.223.130)	-	(2.223.130)
Juros e Variações Cambiais (ii)	(109.122)	(44.521)	(153.643)
Aluguéis	(22.339)	-	(35.371)
Lucro Retido do Exercício	(86.301)	-	(86.301)
Valor Adicionado Distribuído	(2.775.112)	-	(2.775.112)



3.1.3 Demonstração do Fluxo de Caixa – Consolidado

	30 de junho 2015 Original	Reclassificação	Consolidado 30 de junho 2015 Reapresentado
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	108.067	-	108.067
Ajustes			
Depreciação e Amortização	118.169	-	118.169
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	6	-	6
Baixa de Ativo Indenizatório	23.546	-	23.546
Resultado da Equivalência Patrimonial	(12.359)	-	(12.359)
Atualização do Ativo Financeiro - VNR	(90.854)	-	(90.854)
Provisão/Reversão para Perdas em Ativos	203	-	203
Juros e Variações Monetárias (ii)	54.254	44.521	98.775
Contingências	(10.125)	-	(10.125)
Provisão para Passivo Atuarial	52.895	-	52.895
Ganhos ou Perdas com Participações Societárias (Ativos)	(5)	-	(5)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	13.495	-	13.495
Realização de Provisão para Perdas	(7.347)	-	(7.347)
Variações nos Ativos e Passivos			
Contas a Receber	(350.595)	-	(350.595)
Tributos a Recuperar	(95.766)	-	(95.766)
Estoques	905	-	905
Ativos Regulatórios	(82.004)	-	(82.004)
Outros Ativos	(164.806)	-	(164.806)
Depósitos Judiciais	(9.868)	-	(9.868)
Fornecedores	(4.987)	-	(4.987)
Salários e Encargos Sociais	2.814	-	2.814
Tributos a Pagar	144.740	-	144.740
Taxas Regulamentares	557.357	-	557.357
Passivos Regulatórios	129.820	-	129.820
Outros Passivos	(1.425)	-	(1.425)
Passivo Atuarial (ii)	(94.758)	(44.521)	(139.279)
Caixa Proveniente das Operações	281.372	-	281.372
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(124.688)	-	(124.688)
Juros Pagos	(53.022)	-	(53.022)
Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades Operacionais	103.662	-	103.662
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	(138.359)	-	(138.359)
Aumento de Capital	(6.436)	-	(6.436)
Redução de Capital de Investidas	7.800	-	7.800
Dividendos Recebidos	28.363	-	28.363
Caixa Líquido Gerado/Aplicado nas Atividades de Investimentos	(108.632)	-	(108.632)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Amortização de Empréstimos	(365.438)	-	(365.438)
Ingressos de Empréstimos	402.940	-	402.940
Dividendos Pagos	(72.999)	-	(72.999)
Caixa Líquido Gerado/Aplicado nas Atividades de Financiamentos	(35.497)	-	(35.497)
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(40.467)	-	(40.467)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	449.789	-	449.789
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	409.322	-	409.322

(i) A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos, no valor de R\$609, foi reclassificada de Outras Receitas/Despesas, líquidas para Dedução da Receita.



(ii) Foi reclassificada a atualização monetária e juros sobre obrigação a pagar, no valor de R\$44.521, referente à cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório, de Despesas Gerais e Administrativas para Despesas Financeiras.

3.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016 e não tiveram impactos materiais para o Grupo.

a) CPC 04 (R1) – Ativo intangível: esclarece a definição da vida útil dos softwares e incrementou o método de amortização linear dos ativos intangíveis de vida útil definida.

b) CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto: ajustou os critérios das exceções à aplicação do método de equivalência patrimonial, e os procedimentos para o método de equivalência patrimonial.

c) CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto: explica que a contabilização de ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes da aquisição de uma participação em operação em conjunto em que a atividade da operação em conjunto constitui um negócio, aplicam-se na extensão da participação, todos os princípios sobre a contabilização de combinação de negócios do Pronunciamento Técnico CPC 15 e outros pronunciamentos, que não conflitem com as orientações deste pronunciamento. Incluiu também as especificações da contabilização da aquisição de participação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitui um negócio.

d) CPC 20 (R1) – Custo de empréstimos: estabelece que não é requerido a aplicação desse pronunciamento para o ativo qualificável mensurado por valor justo, como por exemplo, ativos biológicos dentro do alcance do CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola. Adicionalmente também foi incluído plantas portadoras como ativo qualificável.

e) CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária: estabelece que as notas explicativas compreendam as políticas contábeis significativas e outras informações significativas. Para as informações obrigatórias deve-se fazer referência cruzada do local que estas estão divulgadas.

f) CPC 22 – Informações por Segmento: clarificou a ilustração das informações descritivas sobre os segmentos informados pela entidade.

g) CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis: clarificou que as notas explicativas compreendem as políticas contábeis significativas e outras informações significativas. A Entidade não deve reduzir a compreensão das demonstrações contábeis pela agregação de itens materiais. A entidade não deve incluir informações nas notas explicativas requeridas por Pronunciamentos específicos se o resultado desta divulgação não for material. Permite uma maior segregação das contas do que o apresentado anteriormente no balanço patrimonial para permitir a maior compreensão das operações.

h) CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada: esclarece os procedimentos a serem feitos quando o ativo mantido para venda ou mantido para distribuição aos



proprietários deixa de atender aos requisitos do CPC 31. Os efeitos dessa reclassificação devem ser contabilizados no resultado do período.

i) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados: esclarece os critérios serem utilizados como base para o cálculo da taxa de desconto. Adicionalmente explica que as alterações deste pronunciamento devem ser aplicadas desde o início do primeiro período comparativo apresentado nas demonstrações contábeis que a entidade aplicar essas alterações.

j) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas: esclarece as exceções na divulgação das demonstrações consolidadas relacionadas a não divulgação de demonstrações consolidadas quando a controladora for ela mesma uma controlada. Quando o controle for perdido o investimento bem como qualquer contas a pagar e a receber desta investida deve ser reconhecido de acordo com os CPC. Tal valor será considerado como o valor justo no reconhecimento inicial do ativo financeiro de acordo como CPC 38.

k) CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: esclarecem as exceções na adoção inicial para a combinação de negócios aplicadas as aquisições do passado de investimentos em coligadas, de participações em empreendimentos controlados em conjunto e de participações em operação conjunta em que a atividade seja um negócio.

l) CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação: amplia e esclarece o entendimento que a entidade não tem mais envolvimento contínuo em ativo financeiro se como parte da transferência ela não reter qualquer dos direitos ou obrigações contratuais inerentes ao ativo financeiro.

m) CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades: esclarece que a entidade de investimento que elaborar demonstrações contábeis em que todas as suas controladas são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado, deve apresentar as divulgações relativas a entidades de investimentos exigidas por este Pronunciamento.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2016 não são relevantes para o Grupo.

3.3. Novas Normas e Interpretações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

a) IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

b) IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes” – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 – “Contratos de Construção”, IAS 18 – “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

c) IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

4.2. Risco de Mercado

4.2.1. Risco Cambial

Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorrido após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas.

4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Celesc não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.



4.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos.

4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais da Companhia e consolidada pelo Departamento de Controladoria – DPCL. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas áreas operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento Econômico Financeiro/Divisão de Tesouraria – DPEF/DVTS. Esse departamento investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Consolidado							
30 de junho 2016							
	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um Ano	Entre um e cinco anos	Acima de 5 anos	Total
Contas a Receber		1.269.298	58.416	20.334	12.318	4.945	1.365.311
Caixa e Equivalente de Caixa		1.270.750	-	-	-	-	1.270.750
Subsídio Decreto nº 7.891/13		961.378	-	-	-	-	961.378
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	IPCA	518	1.025	21.294	120.067	269.593	412.497
Total Ativo		3.501.944	59.441	41.628	132.385	274.538	4.009.936
Empréstimo Bancário	110% a 121,5% CDI	15.477	28.424	129.347	164.178	-	337.426
Eletrobras	5% a.a.	2.277	4.402	19.836	45.075	4.361	75.951
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	601	907	4.225	27.914	6.736	40.383
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,3% a 2,5% a.a.	2.663	300.089	108.196	240.150	-	651.098
Debêntures – Celesc G	125% CDI	-	1.869	-	180.492	-	182.361
Fornecedores		308.992	205.321	6.711	-	-	521.024
Reserva Matemática a amortizar	IPCA + 6%	10.156	7.770	36.646	260.552	337.016	652.140
Passivo Financeiro – “Parcela A” CVA	14,09% a.a. ⁽ⁱ⁾	27.377	55.047	257.149	187.882	-	527.455
Total Passivo		367.543	603.829	562.110	1.106.243	348.113	2.987.838

(i) Taxa Selic projetada para os próximos 12 meses.



4.5. Riscos Operacionais

4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

4.5.2. Risco de Não Renovação das Concessões

A Companhia possui concessão de distribuição de energia elétrica e em 09 de dezembro de 2015 foi assinado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica da Celesc D com vigência de 30 anos até 07 de julho de 2045.

Destaca-se, outrossim, que nos primeiros 5 anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

A Companhia possui também concessão para prestação do serviço de geração, em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, tendo em 05 de janeiro de 2016, assinado o Contrato de Concessão nº 06/2016 da Usina Garcia e o Contrato de Concessão nº 07/2016 das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, de propriedade da Celesc G, que não tiveram a prorrogação antecipada de suas concessões, com vigência de 30 anos.

4.5.3. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de junho de 2016:



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	(Cenário I)	(Cenário II)	Consolidado (Cenário III)
CDI ¹ (%)			14,08%	17,60%	21,12%
	Aplicações Financeiras	1.235.793	174.000	217.500	260.999
	Empréstimos	(320.452)	(45.120)	(56.400)	(67.679)
	Debêntures	(754.563)	(106.242)	(132.803)	(159.364)
SELIC			13,68%	17,10%	20,52%
	Passivo Financeiro – Parcela A - CVA	(463.126)	(63.356)	(79.195)	(95.033)
IPCA ² (%)			8,84%	11,05%	13,26%
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço (Nota 12)	139.985	12.375	15.468	18.562
	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	250.962	22.185	27.731	33.278
	Reserva Matemática a amortizar	(511.245)	(45.194)	(56.493)	(67.791)

4.6. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Celesc para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	30 de junho 2016	Consolidado
		31 de dezembro 2015
Total dos Empréstimos	427.209	542.174
Debêntures	754.563	600.731
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.270.750)	(922.047)
Dívida Líquida	(88.978)	220.858
Total do Patrimônio Líquido	2.067.576	2.224.728
Total do Capital	1.978.598	2.445.586
Índice de Alavancagem Financeira (%)	-4,50%	9,03%

¹ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT DIZ com vencimento em 01/12/2016 – (fechamento 26/07/2016)

² IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo



4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de junho de 2016. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição – Nível 1	Consolidado	
	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Empréstimos e Recebíveis		
Caixa e Equivalentes	1.270.750	922.047
Descrição – Nível 3		
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		
Ações	137.261	137.261
Empréstimos e Recebíveis		
Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	250.962	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ativo Indenizatório (Concessão)	314.346	196.520
Outros	217	217
Total do Ativo	702.786	333.998

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (vide notas explicativas 8.1 e 12).



5. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 30 de junho de 2016.

						Consolidado
Descrição	Nível	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo						
Caixa e Equivalentes	1	-	1.270.750	-	-	1.270.750
Ações	3	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	-	314.346	-	314.346
Contas a Receber de Clientes		-	1.869.249	-	-	1.869.249
Subsídio Decreto nº 7.891/13 (NE 10)		-	961.378	-	-	961.378
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	3	-	250.962	-	-	250.962
Outros	3	-	-	217	-	217
		137.261	4.352.339	314.563	-	4.804.163
Passivo						
Fornecedores		-	-	-	521.024	521.024
Eletrobrás		-	-	-	69.448	69.448
Empréstimos		-	-	-	427.209	427.209
Debêntures		-	-	-	754.563	754.563
Reserva Matemática a Amortizar		-	-	-	511.245	511.245
Passivo Financeiro – Parcela “A” CVA		-	463.126	-	-	463.126
		-	463.126	-	2.283.489	2.746.615

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2015.

Consolidado						
Descrição	Nível	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo						
Caixa e Equivalentes	1	-	922.047	-	-	922.047
Ações	3	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	-	196.520	-	196.520
Contas a Receber de Clientes		-	1.967.430	-	-	1.967.430
Subsídio Decreto nº 7.891/13 (NE 10)		-	662.236	-	-	662.236
Ativo Financeiro – “Parcela A” – CVA	3	-	445.359	-	-	445.359
Outros	3	-	-	217	-	217
		137.261	3.997.072	196.737	-	4.331.070
Passivo						
Fornecedores		-	-	-	732.321	732.321
Eletrobrás		-	-	-	89.435	89.435
Empréstimos		-	-	-	542.174	542.174
Debêntures		-	-	-	600.731	600.731
Reserva Matemática a amortizar		-	-	-	508.197	508.197
		-	-	-	2.472.858	2.472.858

6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:



Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.035.542	1.169.685
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	241.443	245.193
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	592.264	552.552
	1.869.249	1.967.430

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Recursos em Banco e em Caixa	43	36	34.957	42.481
Aplicações Financeiras	21.204	25.199	1.235.793	879.566
	21.247	25.235	1.270.750	922.047

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

8. Títulos e Valores Mobiliários

Os ativos não circulantes a valor justo por meio de resultado são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Valor Justo por Meio de Resultado				
Ações Casan ³	137.261	137.261	137.261	137.261
Disponível para Venda				
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	137.478	137.478	137.478	137.478

³ Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan



8.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da Casan. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Em 2014 foi apurado o valor justo de R\$137.261. Em 2015, após nova avaliação, a Companhia entende que o valor justo da Casan deverá permanecer o valor de R\$137.261, haja vista, que baseado nas premissas utilizadas para o ano de 2015 o valor apurado para o respectivo ano está muito próximo do valor apurado em 2014. A taxa de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2015 foi de 14,25% para fins de mensuração de fluxo de caixa descontado.

9. Contas a Receber de Clientes

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Consumidores					
Residencial	304.522	120.182	73.910	498.614	494.068
Industrial	310.345	51.233	342.557	704.135	750.295
Comércio, Serviços e Outros	190.674	39.310	77.350	307.334	353.315
Rural	46.666	10.771	10.706	68.143	79.109
Poder Público	28.508	3.660	41.639	73.807	74.067
Iluminação Pública	26.527	258	17.415	44.200	47.016
Serviço Público	19.975	264	1.247	21.486	24.104
	927.217	255.678	564.824	1.717.719	1.821.974
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	79.003	5.057	8.187	92.247	84.704
Transações no Âmbito da CCEE	34.668	-	-	34.668	30.102
Outros Créditos	(5.346)	10.708	19.253	24.615	30.650
	108.325	15.765	27.440	151.530	145.456
	1.035.542	241.443	592.264	1.869.249	1.967.430
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(503.938)	(476.628)
				1.365.311	1.490.802
Circulante				1.348.048	1.474.884
Não Circulante				17.263	15.918

Com a promulgação das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e 10.865, de 30 de abril de 2004 houve alteração na sistemática de apuração dos tributos referentes ao Programa de Integração Social – PIS, Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, pois estas leis deram um novo tratamento a estes tributos, eliminando a cumulatividade em cada etapa da cadeia produtiva.

A partir desta alteração o custo efetivo do recolhimento dos tributos passa a ser variável, não havendo assim forma de antever o valor exato que será despendido pelas concessionárias para esta obrigação, pois o valor dos créditos apurados é determinante para calcular a alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, pois cada empresa possui uma estrutura de custos e despesas próprias, mesmo estando em igual setor econômico.

Os estudos dos procedimentos de apuração da alíquota efetiva indicaram que devem ser incluídas na base de cálculo da alíquota efetiva as receitas de Doações e Subvenções e Realização do Resultado Tributário – IN RFB 1.515, de 24 de novembro de 2015.

A análise elaborada destaca que a conta de receita de Subvenções e Doações agrupa as receitas derivadas de doações, contribuições e subvenções não destinadas a investimentos, que são repassadas à concessionária por meio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, compensando assim descontos que são dados para algumas categorias de consumidores, desta forma estariam relacionadas diretamente a prestação de serviço de distribuição de energia elétrica.

A Companhia contratou também parecer técnico da Ganin Advogados Associados que ratificou os entendimentos da inclusão das Receitas de Subvenções e Doações na composição da base de cálculo da alíquota efetiva do PIS/PASEP e COFINS, bem como realizar a cobrança retroativa de todos os consumidores.

A Diretoria Colegiada em observância ao parecer Consulta da Ganin Advogados Associados autorizou o reconhecimento em 2015 e a cobrança da diferença apurada pela Celesc Distribuição S.A. do PIS/PASEP e da Cofins nos anos de 2013 a 2015 no valor de R\$63,8 milhões, que deverá ser realizada durante o exercício de 2016.

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:



Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Consumidores		
Residencial	73.901	63.250
Industrial	164.974	152.712
Têxtil (b.2)	136.128	136.128
Comércio, Serviços e Outras	70.744	66.597
Rural	4.159	4.650
Poder Público	32.267	32.042
Iluminação Pública	16.036	15.586
Serviço Público	1.130	1.090
Concessionárias e Permissionárias	1.121	1.105
Outros	3.478	3.468
	503.938	476.628
Circulante	367.810	340.500
Não Circulante	136.128	136.128

b.1) Movimentação

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2015	476.628
Provisão Constituída	30.252
Baixas de Contas a Receber	(2.942)
Saldo em 30 de junho de 2016	503.938

b.2) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc Distribuição S.A. efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A., Têxtil RenauxView S.A. e Tecelagem Kuehnrich – TEKA.

Em 2011, a Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. entraram em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231 em 2011 e R\$16.888 em 2012, que representa a totalidade do crédito que a Celesc possui com essas empresas.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à empresa Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.



10. Outros Ativos e Ativos Financeiros – Circulantes e Não Circulantes

	Consolidado	
	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Outros Créditos a Receber - Circulante		
Dividendos	1.349	682
Subsídio Decreto nº 7.891/2013 (Nota 1.1.1 – item f e Nota 23)	961.378	662.236
Pessoal a disposição	5.350	3.072
Adiantamento Proinfa	15.091	15.091
Adiantamentos Diversos	2.824	2.997
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	47.529	38.488
Compartilhamento de Infraestrutura	3.321	3.337
Programa Baixa Renda	36.707	24.098
Ativos Financeiros – Parcela A (Nota 11.1)	-	248.458
Ativos Financeiros - Bonificação de Outorga (Nota 11.2)	21.822	-
Outras contas	43.783	27.048
	1.139.154	1.025.507
Outros Créditos a Receber – Não Circulante		
Ativos Financeiros – Parcela A (Nota 11.1)	-	196.901
Ativos Financeiros - Bonificação de Outorga (Nota 11.2)	229.140	-
Outras contas	1.905	2.119
	231.045	199.020
	1.370.199	1.224.527

11. Ativo (Passivo) Financeiro

11.1. Parcela A – CVA



									Consolidado
Ativos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2015	Adição	Amortização	Remuneração	30 de junho 2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	991.706	(44.922)	(224.802)	(1.523)	720.459	37.467	682.992	707.027	13.432
Aquisição de Energia - (CVA energ)	636.288	18.205	(196.105)	1.112	459.500	32.685	426.815	459.500	-
Proinfa	-	23.339	-	1.447	24.786	-	24.786	19.044	5.742
Transporte Rede Básica	32.982	16.534	(12.897)	1.516	38.135	2.149	35.986	32.080	6.055
Transporte de Energia - Itaipu	1.433	-	(847)	15	601	141	460	562	39
Encargos do Sistema de Serviço - ESS	126.565	49.225	-	-	175.790	-	175.790	175.790	-
CDE	194.438	(152.225)	(14.953)	(5.613)	21.647	2.492	19.155	20.051	1.596
Demais Ativos Financeiros Setoriais	96.738	(1.787)	(12.341)	-	82.610	2.057	80.553	66.834	15.776
Neutralidade da Parcela A	60.948	(1.787)	-	-	59.161	-	59.161	43.385	15.776
Sobrecontratação de Energia	21.392	-	-	-	21.392	-	21.392	21.392	-
Outros	14.398	-	(12.341)	-	2.057	2.057	-	2.057	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.088.444	(46.709)	(237.143)	(1.523)	803.069	39.524	763.545	773.861	29.208
Passivos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2015	Adição	Amortização	Remuneração	30 de junho 2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(614.149)	(474.651)	138.264	(19.652)	(970.188)	(23.044)	(947.144)	(864.541)	(105.647)
Aquisição de Energia - (CVA energ)	(316.008)	(349.205)	-	(16.789)	(682.002)	-	(682.002)	(618.409)	(63.593)
Proinfa	(1.639)	590	903	(4)	(150)	(150)	-	(150)	-
Encargos do Sistema de Serviço - ESS	(296.502)	(95.591)	137.361	(2.684)	(257.416)	(22.894)	(234.522)	(245.982)	(11.434)
CDE	-	(30.445)	-	(175)	(30.620)	-	(30.620)	-	(30.620)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(28.936)	(241.965)	6.466	(31.572)	(296.007)	(1.078)	(294.929)	(236.090)	(59.917)
Sobrecontratação de Energia	(21.392)	(224.815)	-	(31.572)	(277.779)	-	(277.779)	(235.012)	(42.767)
Devoluções Tarifárias	-	(17.150)	-	-	(17.150)	-	(17.150)	-	(17.150)
Outros	(7.544)	-	6.466	-	(1.078)	(1.078)	-	(1.078)	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	(643.085)	(716.616)	144.730	(51.224)	(1.266.195)	(24.122)	(1.242.073)	(1.100.631)	(165.564)
Total Ativos (Passivos) Financeiros Setoriais, líquidos	445.359	(763.325)	(92.413)	(51.224)	(463.126)	15.402	(478.528)	(326.770)	(136.356)

			Consolidado
Descrição	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015	
CVA 2015 - Período de 08.08.2014 a 07.08.2015	14.423	100.961	
CVA 2016 - Período de 08.08.2015 a 07.08.2016	(188.299)	276.597	
CVA 2017 - Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	(75.853)	-	
Total da Parcela A — CVA	(249.729)	377.558	
Outros Itens – Período de 08.08.2014 a 07.08.2015	979	6.854	
Outros Itens – Período de 23.08.2015 a 22.08.2016	(226.208)	60.947	
Outros Itens – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	11.832	-	
Total Outros Itens - CVA	(213.397)	67.801	
Total	(463.126)	445.359	



O Ativo (Passivo) Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A Aneel por meio do Despacho nº 2.078, de 02 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União – DOU, em 08 de agosto de 2016, reconheceu o recurso da Celesc D interposto em face do Despacho nº 2.642, de 2015, para, no mérito, dar parcial provimento, de modo a: a) considerar mais 2 MW médios como exposição involuntária relativa a cessação de atividades e retorno ao mercado cativo de consumidores especiais e b) considerar mais 15,818 MW médios como exposição involuntária em razão do reconhecimento de erro no preenchimento da declaração de necessidades de energia para o Leilão A-1 de 2013.

Sendo assim a Celesc D reconheceu no resultado de junho de 2016 o valor de R\$256.601, na conta contábil Ativo/Passivo Financeiro na Receita Operacional Bruta tendo como contrapartida a conta patrimonial Passivo Financeiro (Circulante e Não Circulante), proveniente da diferença apurada pelo órgão regulador.

A Celesc D está adotando todas as medidas administrativas e judiciais necessárias com a finalidade de preservar os interesses da companhia, quanto ao reconhecimento do caráter involuntário dos 35,02 MW médios não atendidos no recurso apresentado à ANEEL.

11.2. Bonificação de Outorga

Em 25 de novembro de 2015, a ANEEL promoveu o leilão de 29 usinas hidrelétricas existentes com concessões vencidas. As hidrelétricas foram outorgadas pelo prazo de trinta anos mediante a contrapartida do pagamento de Bonificação de Outorga pelos agentes de geração, instituída pela Medida Provisória 688 (convertida na Lei nº 13.203 em 08 de dezembro de 2015).

Em 18 de setembro de 2015 o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE publicou a Resolução nº 2 estabelecendo que:

- a) Entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016, 100% da energia produzida pelas usinas será destinada ao mercado regulado,
- b) A partir de 1º de janeiro de 2017, 70% da garantia física das usinas será destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), e o restante será de livre disposição do vencedor da licitação, inclusive podendo ser comercializado no mercado livre (ACL).



A receita proposta no mercado regulado (Receita Anual da Geração – RAG) é composta pela remuneração da Gestão dos Ativos da Geração – GAG e pelo Retorno da Bonificação da Outorga – RBO.

A GAG é formada pela remuneração da operação e manutenção das usinas ($GAG_{O\&M}$) e a remuneração dos investimentos em melhorias nas instalações durante o período de concessão ($GAG_{Melhorias}$). A RBO é calculada a partir da remuneração da Bonificação da Outorga a uma taxa mínima de retorno (WACC) de 9,04% ao ano.

A metodologia de cálculo da GAG e RBO está disciplinada na Nota Técnica nº 257/2015-SGT/ANEEL, de 25 de setembro de 2015 e na Nota Técnica nº 210/2015-SRM/SRG/SGT/ANEEL, de 06 de outubro de 2015, na qual constam as equações que deverão ser utilizadas para efetuar o cálculo da RAG a ser auferida pela geradora ao longo da concessão.

As usinas Bracinho, Cedros, Salto, Palmeiras e Garcia, organizadas no “LOTE C” do leilão, tiveram suas concessões licitadas e arrematadas pela Celesc G, com valor pago pela bonificação de outorga (BO) de R\$228,6 milhões.

A 1ª parcela da Bonificação da Outorga da Celesc G foi quitada em 04 de janeiro de 2016 no valor de R\$148,6 milhões correspondendo a 65% do total, ficando o débito da 2ª parcela de R\$80,0 milhões correspondendo a 35%. O montante atualizado pela taxa Selic em 30 de junho de 2016 registrado como “Outros Passivos Circulantes” no valor de R\$85,4 milhões, foi quitado em 01 de julho de 2016.

A contrapartida, por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, teve a contabilização embasada no ICPC 01 – Contratos de Concessão, sendo considerado como ativo financeiro, classificado como “empréstimos e recebíveis”, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável.

A Receita Anual de Geração - RAG será reajustada anualmente pela ANEEL pelo IPCA, no dia primeiro de julho, observado o prazo mínimo legal de doze meses da data de realização da Sessão Pública da Licitação das Concessões, ocorrida em 25 de novembro de 2015. Dessa forma, o ativo financeiro será atualizado mensalmente pelo índice estabelecido no contrato.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado:

- (i) Deduzindo-se o valor mensal recebido de RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL 2.014/2016;
- (ii) Somando-se os juros mensais calculados com base na taxa de juros efetiva (TIR);
- (iii) Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo contrato de concessão.



Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
Em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-
Ingressos	37.443	46.408	35.597	21.042	88.070	228.560
Atualização Monetária	1.706	2.433	1.870	1.096	4.649	11.754
Juros	2.260	2.954	2.189	1.506	4.858	13.767
Amortização/Baixa	(3.119)	-	-	-	-	(3.119)
Em 30 de junho de 2016	38.290	51.795	39.656	23.644	97.577	250.962
					Circulante	21.822
					Não Circulante	229.140

12. Ativo Indenizatório – Concessão

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Em Serviço	139.985	116.702
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	139.985	116.702
Em Curso	174.361	79.818
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	174.361	79.818
Total	314.346	196.520
Circulante	-	-
Não Circulante	314.346	196.520

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a parcela que estava registrada no Ativo Financeiro e que será considerada na receita via tarifa durante o prazo da concessão foi transferida em 2015 para o Ativo Intangível. Para este cálculo foram considerados os critérios definidos na Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015 que estabelece as taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2015	196.520
(+) Novas Aplicações	112.145
(+) Ajuste VNR (i)	6.387
(-) Resgate	(706)
Em 30 de junho de 2016	314.346

(i) A Companhia reconheceu no primeiro semestre de 2016, o montante de R\$6.387, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

A Celesc D atualizava sua Base de Remuneração Regulatória – BRR pelo IGP-M até o 3º Ciclo da Revisão Tarifária. A partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica será atualizado pelo IPCA em atendimento ao Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 2.3.

Os Ativos Financeiros e Intangíveis de Concessão foram atualizados desde agosto de 2012, data da última Revisão Tarifária Periódica, pelo novo índice (IPCA).

13. Tributos a Recuperar ou Compensar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
ICMS ⁴	-	-	36.776	39.140
PIS e COFINS ⁵	-	-	487	407
IRPJ e CSLL ⁶	1.713	2.298	171.867	131.399
Outros	405	101	3.065	2.952
Total	2.118	2.399	212.195	173.898
Circulante	2.118	2.399	191.045	158.667
Não Circulante	-	-	21.150	15.231

Os saldos de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é composto substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

14. Transações com Partes Relacionadas

a) Saldos e Transações

Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo não circulante são:

Descrição	Controladora Outros Créditos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2015	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	12.652
	12.652
Em 30 junho de 2016	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	9.338
	9.338

⁴ Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

⁵ Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

⁶ Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL



					Consolidado
Descrição	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Outros Passivos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2015					
Governo do Estado de SC					
ICMS	177.055	39.140	-	-	-
Contas a Receber	-	-	8.602	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	12.652	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	18.343
	177.055	39.140	8.602	13.140	18.343
Em 30 de junho de 2016					
Governo do Estado de SC					
ICMS	147.989	36.776	-	-	-
Contas a Receber	-	-	6.927	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	9.338	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	13.502
	147.989	36.776	6.927	9.826	13.502

A movimentação no resultado do período foi:

Descrição	Controladora
	Receitas Financeiras
Em 30 de junho de 2015	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	-
	-
Em 30 de junho de 2016	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	235
	235

			Consolidado
Descrição	Tributos/ Deduções da Receita	Receita de Vendas	Receitas Financeiras
Em 30 de junho de 2015			
Governo do Estado de SC			
ICMS	1.038.248	-	-
Receita de Vendas	-	36.960	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-
	1.038.248	36.960	-
Em 30 de junho de 2016			
Governo do Estado de SC			
ICMS	1.100.435	-	-
Receita de Vendas	-	40.863	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	235
	1.100.435	40.863	235



(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou Convênio nº 007/95, Termo de Cooperação Técnica, com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

A Companhia recebeu do Acionista, Governo do Estado de Santa Catarina, o Ofício GAB/GOV nº 67/2016, datado de 23 de junho de 2016, autorizando a efetuar a retenção dos proventos (dividendos do exercício de 2015), a serem recebidos pelo acionista para abatimento do débito e, autoriza ainda, a deduzir o saldo remanescente em exercícios subsequentes até a extinção do referido débito.

Em 30 de junho de 2016 o valor atualizado monetariamente era de R\$ 9.338.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2016	30 de junho 2015	30 de junho 2016	30 de junho 2015
Administradores				
Honorários	2.348	3.351	2.348	3.351
Encargos Sociais	633	573	633	573
Outros	64	45	64	45
	3.045	3.969	3.045	3.969

15. Investimentos em Controladas e Coligadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Controladas				
Celesc D	1.321.642	1.501.051	-	-
Celesc G	379.949	372.169	-	-
	1.701.591	1.873.220	-	-
Controladas em Conjunto				
SCGÁS	97.330	84.005	97.330	84.005
ECTE	50.484	45.486	50.484	45.486
	147.814	129.491	147.814	129.491
Coligadas				
DFESA	34.600	32.234	34.600	32.234
SPES ⁷	-	-	39.214	39.924
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	34.600	32.234	73.814	72.158
	1.884.005	2.034.945	221.628	201.649

⁷ Sociedade de Propósito Específico.



a) Informações sobre Investimentos

						Controladora
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2015						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.501.051	7.202.344	81.346
Celesc G	43.209	100%	100%	372.169	424.070	33.654
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	147.278	456.042	17.871
SCGÁS	1.827	17%	51%	250.167	423.837	5.925
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	139.964	156.042	113.506
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.739	(48)
Em 30 de junho de 2016						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.321.642	7.685.691	(175.545)
Celesc G	43.209	100%	100%	379.949	635.223	9.379
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	163.462	444.373	24.054
SCGÁS	1.827	17%	51%	332.867	512.068	82.701
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	150.239	158.944	20.275
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.739	(48)

Consolidado						
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2015						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	147.278	456.042	17.871
SCGÁS	1.827	17%	51%	250.167	423.837	5.925
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	139.964	156.042	113.506
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.739	(48)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	35.162	61.960	170
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.537	5.537	(12)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	6.044	6.470	(91)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.705	25%	25%	33.542	58.286	851
Xavantina Energética S.A.	163	40%	40%	19.688	45.398	(465)
Garça Branca Energética S.A.	7.053	49%	49%	11.038	12.639	(400)
Em 30 de junho de 2016						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	163.462	444.373	24.054
SCGÁS	1.827	17%	51%	332.867	512.068	82.701
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	150.239	158.944	20.275
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.739	(48)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	35.982	62.434	1.004
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.536	5.536	(8)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	5.999	6.411	(52)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.705	25%	25%	35.115	58.141	2.172
Xavantina Energética S.A.	163	40%	40%	17.666	43.597	(2.022)
Garça Branca Energética S.A.	7.053	49%	49%	11.923	36.430	(1.106)



b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					Total
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	
Em 31 de dezembro de 2014	1.651.364	351.334	46.817	84.718	26.689	2.160.922
Dividendos e JCP Creditados	(37.542)	(12.819)	(6.850)	(252)	(20.596)	(78.059)
Amortização Ágio – Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	81.346	33.654	5.519	1.007	26.141	147.667
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(194.117)	-	-	-	-	(194.117)
Em 31 de dezembro de 2015	1.501.051	372.169	45.486	84.005	32.234	2.034.945
Dividendos e JCP Creditados	(3.864)	(1.599)	(2.431)	-	(2.303)	(10.197)
Amortização Ágio – Concessão	-	-	-	(734)	-	(734)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(175.545)	9.379	7.429	14.059	4.669	(140.009)
Em 30 de junho de 2016	1.321.642	379.949	50.484	97.330	34.600	1.884.005

Descrição	Consolidado				Total
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	
Em 31 de dezembro de 2014	46.817	84.718	26.689	37.397	195.621
Integralizações	-	-	-	10.956	10.956
Dividendos e JCP Creditados	(6.850)	(252)	(20.596)	-	(27.698)
Amortização Ágio – Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.519	1.007	26.141	(145)	32.522
Redução de Capital Social	-	-	-	(8.288)	(8.288)
Outros Ajustes	-	-	-	4	4
Em 31 de dezembro de 2015	45.486	84.005	32.234	39.924	201.649
Integralizações	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP Creditados	(2.431)	-	(2.303)	(150)	(4.884)
Amortização Ágio – Concessão	-	(734)	-	-	(734)
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.429	14.059	4.669	(500)	25.657
Redução de Capital Social	-	-	-	-	-
Outros Ajustes	-	-	-	(60)	(60)
Em 30 de junho de 2016	50.484	97.330	34.600	39.214	221.628

O ágio gerado na aquisição da SCGÁS em 30 de junho de 2016 era de R\$40.742 (R\$41.476 em 31 de dezembro de 2015), sendo amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.



16. Imobilizado

a) Composição do Saldo

Descrição							Consolidado
	Terre-nos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construção-ções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2015	5.357	25.390	30.531	89.573	411	23.594	174.856
Custo do Imobilizado	20.202	188.825	49.932	171.717	1.537	23.594	455.807
Provisão para Perdas	(10.562)	(37.483)	(5.179)	(16.316)	70	-	(69.470)
Depreciação Acumulada	(4.283)	(125.952)	(14.222)	(65.828)	(1.196)	-	(211.481)
Em 31 de dezembro de 2015	5.357	25.390	30.531	89.573	411	23.594	174.856
Adições	-	-	-	-	-	519	591
Baixas	-	-	-	-	-	(267)	(267)
Depreciação	(1.827)	(10.345)	(929)	(5.869)	(45)	-	(19.015)
(+/-) Transferências	-	-	-	1.935	-	(1.935)	-
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de Provisão para Perdas (i)	23	1.564	273	1.911	4	-	3.775
Em 30 de junho de 2016	3.553	16.609	29.875	87.550	370	21.911	159.868
Custo do Imobilizado	20.202	188.825	49.932	173.652	1.537	21.911	456.059
Provisão para Perdas	(10.539)	(35.919)	(4.906)	(14.405)	74	-	(65.695)
Depreciação Acumulada	(6.110)	(136.297)	(15.151)	(71.697)	(1.241)	-	(230.496)
Em 30 de junho de 2016	3.553	16.609	29.875	87.550	370	21.911	159.868
	13%	14%	6%	7%	1%	0%	

(i) No primeiro semestre de 2016, foi revertida a provisão para perdas, das usinas Bracinho, Garcia, Ivo Silveira, Palmeiras, Rio dos Cedros e Salto no valor equivalente a realização da depreciação constituída durante o mesmo período, de R\$3.775.

17. Intangível

Descrição	31 de dezembro 2015	Amortizações	Controladora
			30 de junho 2016
Ágio Aquisição ECTE	7.457	(250)	7.207



Descrição	Contratos de Concessão (a) Celesc D	Software Adquiridos	Ágio	Uso do Bem Público (b) Celesc G	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Consolidado
							Total
Em 31 de dezembro de 2015	3.055.684	1.088	7.457	2.746	70	3.775	3.070.820
Custo Total	4.144.573	2.720	14.248	6.533	70	3.775	4.171.919
Amortização Acumulada	(1.088.889)	(1.632)	(6.791)	(3.787)	-	-	(1.101.099)
Em 31 de dezembro de 2015	3.055.684	1.088	7.457	2.746	70	3.775	3.070.820
Adições	223.554	-	-	-	-	-	223.554
(-) Obrigações Especiais/ Ultrapassagem e Excedente Reativo	(175.750)	-	-	-	-	-	(175.750)
Baixas	(21.789)	-	-	-	-	-	(21.789)
Amortizações	(99.595)	(650)	(250)	(1.046)	-	-	(101.541)
Transferência	-	3.775	-	-	-	(3.775)	-
Em 30 de junho de 2016	2.982.104	4.213	7.207	1.700	70	-	2.995.294
Custo Total	4.170.588	6.495	14.248	6.533	70	-	4.197.934
Amortização Acumulada	(1.188.484)	(2.282)	(7.041)	(4.833)	-	-	(1.202.640)
Em 30 de junho de 2016	2.982.104	4.213	7.207	1.700	70	-	2.995.294
Taxa Média de Amortização	6,2%	10%	0,9%	16%	0%	-	

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contratos de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

b) Uso do Bem Público

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº 006/2013, decorrente da alteração de regime de exploração formalizada pelo quarto termo aditivo ao contrato de concessão para geração de energia elétrica nº 55/99, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das Centrais Geradoras – PCH e Instalações de Transmissão de Interesse Restrito.



A Celesc G iniciou recolhimento da quota mensal de Uso de Bem Público – UBP em 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH à Eletrobras, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. Em 30 de junho de 2016 o respectivo saldo passivo era de R\$1.737. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP são decorrentes da utilização da taxa de desconto definida pela Administração de 9,33%.

Os valores mensais recolhidos até o segundo trimestre de 2016 foram:

Centrais Geradoras	Valor das Parcelas UBP até junho de 2016
PCH Cedros	25
PCH Salto	19
PCH Bracinho	29
UHE Palmeiras	39
PCH Pery	61
UHE Caveiras	07
PCH Celso Ramos	14

18. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

Descrição	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Diferenças temporárias						
Provisão para Contingências	125.025	127.217	-	-	125.025	127.217
Provisão para Perdas em Ativos	67.081	70.640	-	-	67.081	70.640
Benefício Pós-Emprego	292.396	305.565	-	-	292.396	305.565
Custo Atribuído	-	-	16.271	22.580	(16.271)	(22.580)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	-	25.260	-	-	-	25.260
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de Concessão	-	-	61.455	62.514	(61.455)	(62.514)
Efeitos do CPC 38 - Instrumentos Financeiros	-	-	75.721	77.027	(75.721)	(77.027)
Parcela A - CVA	151.632	2.565	-	153.988	151.632	(151.423)
Ativo Fin. Bônus de Outorga	-	-	7.829	-	(7.829)	-
Outras Provisões	-	-	1.666	1.183	(1.666)	(1.183)
	636.134	531.247	162.942	317.292	473.192	213.955



	Consolidado	
	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Ativo	473.192	214.282
Passivo	-	(327)
Tributo Diferido Líquido	473.192	213.955

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização tem como base o Plano de Ação para Demonstrar a Sustentabilidade Econômico-Financeira da Celesc D apresentado para a ANEEL em novembro de 2013.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições. Os tributos diferidos da Parcela A – CVA serão realizados à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de junho de 2016 são:

	Consolidado	
Ano	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
2016	239.835	99.486
2017	76.771	66.325
2018	55.582	63.393
2019	54.910	62.786
Acima de 2019	209.036	239.257
Total	636.134	531.247

c) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:



	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2016	30 de junho 2015	30 de junho 2016	30 de junho 2015
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e a CSLL	(150.945)	86.301	(235.093)	108.067
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e SCLL	51.321	(29.342)	79.932	(36.743)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	(47.603)	34.215	8.723	4.334
Benefício Fiscal	-	-	(2.838)	2.304
Incentivo Fiscal	(4)	-	87	(32)
Juro Sobre Capital Próprio	-	(412)	-	(412)
Provisões Indedutíveis	(335)	159	(335)	43
Multas Indedutíveis	-	-	2.951	(2.326)
IRPJ/CSLL não reconhecidos sobre Prejuízo Fiscal	(3.318)	(4.864)	(3.318)	(4.864)
Participação dos Administradores	(62)	(90)	(40)	(90)
Depreciação / Baixas VNR	-	-	(8)	-
Outras Adições (Exclusões)	1	334	(1.006)	16.020
	-	-	84.148	(21.766)
Corrente	-	-	(175.088)	(145.719)
Diferido	-	-	259.236	123.953
Taxa Efetiva	0,00%	0,00%	-35,79%	-20,14%

d) Lei Federal nº 12.973 de 13 de Maio de 2014

A Companhia vem apurando o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS em conformidade com a Lei Federal nº 12.973/14 e Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil nº 1.515 de 24 de novembro de 2014 e nº 1.556 de 31 de março de 2015.

Na Celesc G foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados, conforme a legislação societária, e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Na Celesc D as diferenças positivas e negativas foram apuradas conforme o artigo 69 da Lei Federal nº 12.973/14 e os seus efeitos serão realizados pelo prazo vigente de concessão.

19. Fornecedores

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Energia Elétrica	400.970	558.302
Encargos de Uso da Rede Elétrica	38.520	36.730
Materiais e Serviços	53.962	78.901
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	27.572	58.388
	521.024	732.321



20. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

Descrição	Taxa de Juros e Comissões %	Consolidado	
		30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Empréstimos Bancários (a)	110 a 121,5 CDI	320.452	416.921
Eletrobras (b)	5,00 a.a.	69.448	89.435
Finame (c)	2,5 a 8,7 a.a.	37.309	35.818
Total		427.209	542.174
Circulante		203.099	217.157
Não Circulante		224.110	325.017

a) Empréstimos Bancários

Em abril de 2014, a Celesc D captou recursos para capital de giro no valor de R\$ 90 milhões junto ao Banco do Brasil à taxa de 116% do CDI, cuja liquidação total ocorreu em março de 2016.

Em junho de 2014 captou ainda para capital de giro o valor de R\$ 300 milhões junto a Caixa Econômica Federal à taxa de 121,5% do CDI. Em abril de 2015, esse contrato foi repactuado com alongamento do prazo de pagamento para 38 meses, carência de 8 meses e amortização mensal após carência. Seu vencimento final está previsto para junho de 2018.

Em janeiro de 2015, houve mais uma captação de recursos para capital de giro no valor de R\$ 100 milhões junto ao Banco do Brasil, com encargos financeiros de 110% da taxa média CDI. O pagamento está previsto para 24 parcelas mensais e o vencimento final previsto para janeiro de 2018.

b) Eletrobras

Os recursos destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, e advêm da Reserva Global de Reversão - RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, alguns em mais parcelas, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%. As garantias são os recebíveis e possuem anuência da ANEEL.

c) Finame

Os empréstimos contratados destinaram-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a.a. a 8,7% a.a. Suas aplicações estavam previstas, inicialmente, para os anos de 2011 e 2012. Entretanto, ocorreram aplicações em 2013 e ainda poderão acontecer até 2017.



O valor contratado pode chegar a R\$50 milhões e as amortizações estão previstas para 96 meses, cujo início ocorreu em agosto de 2011. Possuem anuência da ANEEL e, em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da empresa.

20.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Descrição	Consolidado	
	30 de	31 de
	junho	dezembro
	2016	2015
Ano 2017 - 1T - 2T	-	100.720
Ano 2017 - 3T - 4T	100.959	100.572
Ano 2018	86.620	90.123
Ano 2019	16.187	15.524
Ano 2020	8.111	7.448
Ano 2021	5.093	4.430
Ano 2022 +	7.140	6.200
	224.110	325.017

20.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Circulante	Não Circulante	Consolidado
			Total
Em 31 de dezembro de 2014	322.586	233.879	556.465
Ingressos	-	406.176	406.176
Encargos Provisionados	73.264	-	73.264
Transferências	315.038	(315.038)	-
Amortizações de Principal	(421.351)	-	(421.351)
Pagamentos de Encargos	(72.380)	-	(72.380)
Em 31 de dezembro de 2015	217.157	325.017	542.174
Ingressos	-	3.980	3.980
Encargos Provisionados	32.108	-	32.108
Transferências	104.887	(104.887)	-
Amortizações de Principal	(118.341)	-	(118.341)
Pagamentos de Encargos	(32.712)	-	(32.712)
Em 30 de junho de 2016	203.099	224.110	427.209

21. Debêntures

21.1 Debêntures – Celesc D

A emissão de 30 mil Debêntures não conversíveis em ações com valor nominal unitário de R\$10, para fins e efeitos legais, foi realizada em 15 de maio de 2013. Tendo um prazo de 72 meses contados da data de emissão, portanto, seu vencimento será no dia 15 de maio de 2019. A amortização será em 3 parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira devida a partir do 48º mês contado da data de emissão, ou seja, em 15 de maio de 2017 e a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão.



Os recursos desta emissão destinam-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,30%.

Em reunião no dia 12 de agosto de 2015, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos referentes a segunda emissão de Debêntures na Celesc D. O contrato foi assinado no valor de R\$300 mil sendo emitidas 3 mil Debêntures ao valor nominal unitário de R\$100.

As novas debêntures, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, tem prazo de vigência de doze meses a partir da data de emissão, vencendo em 10 de setembro de 2016. As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 2,50% ao ano.

Ao final de cada exercício, a partir de 2014, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar o vencimento antecipado das dívidas.

21.2 Debêntures – Celesc G

Em 03 de março 2016 ocorreu a primeira emissão de Debêntures da Celesc G. O valor total da emissão foi de R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais), em uma única série, constituída por 15.000 (quinze mil) Debêntures com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais).

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, tendo vencimento no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da emissão, sem atualização monetária. Os juros remuneratórios corresponderão a 125% (cento e vinte e cinco por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros e serão pagos trimestralmente, sem carência, nos meses de junho, setembro, dezembro e março, sendo o primeiro pagamento devido em 3 de junho de 2016 e o último pagamento devido na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e de amortização extraordinária.

O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado integralmente na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das debêntures resultante do resgate antecipado, de amortização extraordinária ou na data do vencimento antecipado das Debêntures.

A partir de 2016, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5, nos dois primeiros semestres, e superior a 2 nos dois últimos semestres. O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar no vencimento antecipado das dívidas.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

a) Movimentação das Debêntures:

Descrição	Consolidado
	Total
Em 31 de dezembro de 2014	302.888
Ingressos	291.000
Atualização Monetária	56.982
Pagamentos	(53.258)
Custos na Emissão de Debêntures	3.119
Em 31 de dezembro de 2015	600.731
Ingressos	146.752
Atualização Monetária	53.718
Pagamentos	(51.838)
Custos na Emissão de Debêntures	5.200
Em 30 de junho de 2016	754.563
Circulante	407.954
Não Circulante	346.609

22. Tributos e Contribuições Sociais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
ICMS	-	-	147.989	177.055
PIS e COFINS	23	412	9.040	59.106
IRPJ e CSLL	-	-	176.732	23.738
Outros	76	99	5.408	9.801
Circulante	99	511	339.169	269.700

23. Taxas Regulamentares

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Programa de Eficiência Energética – PEE	181.828	162.633
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	76.867	72.952
Encargo Conta Bandeira Tarifária (i)	2	34.289
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	71.369	69.606
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (ii)	1.812.642	1.324.463
Uso do Bem Público	1.737	2.786
Outros	1.196	5.546
Total	2.145.641	1.672.275
Circulante	1.948.953	1.415.572
Não Circulante	196.688	256.703

(i) A ANEEL, por meio do Ofício Circular/SFF nº 1.857 de 07 de abril de 2015, orientou as Distribuidoras de Energia a reconhecer a Receita com Bandeira Tarifária referentes ao fornecimento não



faturado em Deduções da Receita Bruta em contrapartida de outros encargos (Passivo). E simultaneamente reconhecer o mesmo valor em Contas a Receber (Ativo) em contrapartida a Receita Bruta.

(ii) A Celesc D interpôs Ação Ordinária Judicial visando a compensação dos valores devidos e creditórios existentes com a Eletrobras, obtendo liminar favorável. Referida ação judicial, objetiva, em termos práticos, apenas garantir que as cotas de CDE devidas à Celesc D pela Eletrobras, sejam reconhecidas pelo juízo como recurso financeiro suficiente à adimplência das obrigações da Celesc D para com a Eletrobras, do mesmo modo, nas parcelas de CDE definidas por essa agência reguladora.

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.077, de 07 de junho de 2016, homologou as cotas de CDE, para os meses de junho a dezembro de 2016, no valor mensal de R\$54.545.

Os valores mensais, referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, são devidos pela Eletrobras a Celesc D. O não recebimento destes valores comprometeu seriamente o fluxo de caixa da Celesc D, que se esforçou em manter-se adimplente perante as suas obrigações intrassetoriais até o limite de comprometimento do seu fluxo de caixa (Nota 10).

24. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais

Na data das Informações Trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Contingências:				
Tributária	2.154	2.154	1.263	1.263
Trabalhistas	1.189	1.063	-	-
Cíveis	5.423	5.450	-	-
Regulatórias	8.182	8.182	5.174	5.174
	16.948	16.849	6.437	6.437

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Contingências:				
Tributária	3.782	3.782	22.341	22.324
Trabalhistas	43.604	45.907	49.924	50.443
Cíveis	62.361	61.936	153.460	153.269
Regulatórias	49.248	49.248	50.762	51.518
Ambientais	-	-	24.024	24.273
	158.995	160.873	300.511	301.827



As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
Em 31 de dezembro de 2015	16.849	6.437	160.873	301.827
Adições	136	-	43.866	18.362
Baixas	(37)	-	(45.744)	(19.678)
Em 30 de junho de 2016	16.948	6.437	158.995	300.511

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal (relativos aos tributos PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS), administrativas e judiciais.

b) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

c) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Concessionária de Energia Elétrica: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-federal), concurso público, dentre outras.



d) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

e) Contingências Ambientais

Tratam-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc.

f) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

O Grupo tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Possível	Consolidado	
Descrição	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Tributárias (i)	2.307	2.253
Trabalhistas (ii)	12.455	13.408
Cíveis (iii)	66.646	51.366
Regulatórias (iv)	32.706	32.701
Ambientais (v)	18.642	16.292
	132.756	116.020

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, garantia contratual e verbas rescisórias e outras.



iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

Estão relacionadas as autuações pelo descumprimento de obrigações regulatórias, não adequação do sistema de medição para faturamentos relativos a pontos de medição de fronteira de consumidores livres, procedimentos de não conformidades com a legislação e com os regulamentos da ANEEL.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

25. Passivo Atuarial

Obrigações Registradas	Consolidado	
	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Planos Previdenciários	786.554	789.350
Plano Misto/Transitório (a)	786.554	703.350
Outros Benefícios a Empregados	586.004	619.865
Plano Celos Saúde (b)	458.756	464.289
Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 (c)	79.888	108.841
Outros Benefícios (d)	47.360	46.735
Total	1.372.558	1.409.215
Circulante	176.100	173.205
Não Circulante	1.196.458	1.236.010

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos



empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Para os participantes que pertenciam ao Plano Transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Do total reconhecido, R\$508 milhões refere-se à dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registrou em 2015 a atualização monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Programa de Demissão Voluntária – PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 30 de junho de 2016 a Celesc D havia quitado o débito com 357 beneficiários.

d) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.



25.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Evolução do Valor Presente das Obrigações

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Consolidado	
						Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Em 31 de dezembro de 2014	1.560.983	707.232	354.789	-	151.061	9.349	30.066
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	3.671	-	(27.729)	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	165.691	73.434	35.906	-	12.938	1.003	3.067
Benefícios Pagos no Ano	(122.173)	(79.254)	(70.457)	-	(74.233)	(318)	(4.292)
Contribuições de Participante Vertida no Ano	9.375	8.517	28.661	-	-	-	-
Obrigações Ganho/Perda	36.599	20.090	187.335	-	19.075	6.410	9.441
Em 31 de dezembro de 2015	1.654.146	730.019	508.505	-	108.841	16.444	38.282

b) Evolução do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio
Em 31 de dezembro de 2014	1.262.568	301.723	38.102	7.971
Benefícios Pagos no Ano	(122.173)	(79.254)	(70.457)	(318)
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	9.376	8.517	28.661	-
Contribuições de Patrocinadora Vertidas no Ano	37.598	35.032	42.691	-
Juros sobre Ativo	133.899	30.854	3.432	871
Ganho/Perda sobre os Ativos	(14.860)	(8.463)	1.788	(499)
Em 31 de dezembro de 2015	1.306.406	288.409	44.217	8.025

c) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Consolidado	
						Outros Benefícios	
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2014	298.415	405.509	316.687	151.061	1.378	30.091	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.654.146	730.019	508.506	108.841	16.444	38.316	
Benefícios Concedidos	1.416.798	730.019	478.812	108.841	4.750	36.122	
Benefícios a Conceder	237.348	-	29.694	-	11.694	2.194	
Valor justo dos ativos	(1.306.406)	(288.409)	(44.217)	-	(8.025)	-	
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2015	347.740	441.610	464.289	108.841	8.419	38.316	



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	30 de junho 2016	Consolidado
		30 de junho 2015
Plano Transitório	23.499	21.290
Plano Misto	20.012	17.731
PDVI 2012	4.955	6.469
Plano Médico	16.592	5.805
Outros	2.558	1.600
	67.616	52.895

e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram as seguintes:

Descrição	31 de dezembro 2015
Taxa de Desconto (i)	13,20%
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	13,20%
Taxa de Crescimento Salarial (ii)	8,59%
Taxa de Inflação Futura	5,50%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos (iii)	3,75%
Taxa real de Crescimento dos Custos Médicos por faixa etária (<i>aging factor</i>)	2,50%
Taxa ou Tábua de Rotatividade	0,50%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%
Indexador de Reajuste de Salários	IPCA
Indexador de Reajuste dos Benefícios	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários	97,00%
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios	97,00%

(i) A taxa de desconto sugerida baseia-se na média em títulos disponíveis no mercado brasileiro (títulos do governo de longo prazo - NTN-B), em 31 de dezembro 2015, observada a duração dos planos pós empregos oferecidos pela Celesc (7,30% a.a. em termos reais).

(ii) Hipótese não aplicável ao Plano Transitório, por não haver mais participantes ativos e fechados a novas adesões.

(iii) Decrescente em 0,5% a.a. até o exercício de 2024. Taxa substitui a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos.

f) Hipóteses Biométricas

Descrição	31 de dezembro 2015
Mortalidade Geral	AT-2000
Mortalidade de Inválidos	AT- 1949
Entrada em Invalidez	Light Média



g) Despesa Total Estimada para o Exercício de 2016

A estimativa de toda a despesa para o exercício de 2016 está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Despesa a ser Reconhecida em 2016
Plano Transitório	46.997
Plano Misto	40.024
Plano Pecúlio	1.071
PDV 2012	9.909
Plano Médico	33.185
Outros Benefícios	4.045
	135.231

h) Movimentação do Passivo Atuarial

Descrição	Plano Misto / Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2012	Outros Benefícios	Consolidado
					Total
Em 31 dezembro de 2015	789.350	464.289	108.841	46.735	1.409.215
Pagamento	(46.307)	(22.125)	(33.908)	(1.901)	(104.241)
Provisão	43.511	16.592	4.955	2.558	67.616
Em 30 de junho de 2016	786.554	458.756	79.888	47.392	1.372.590

26. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 30 de junho de 2016					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,01	7.791.201	20,20
Angra Partners Volt Fundo Investimento Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração L. Par Fundo de Investimentos	257.600	1,66	2.400.000	10,41	2.657.600	6,89
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Poland FIA	-	-	2.904.200	12,60	2.904.200	7,53
Neon Liberty Capital Management LLC	-	-	1.173.300	5,09	1.173.300	3,04
Outros	992.952	6,39	11.755.382	51,01	12.748.334	33,06
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100



b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$(255.992) em 30 de junho de 2016 e R\$(243.745) em 31 de dezembro de 2015, no Patrimônio Líquido:

Ajuste de Avaliação Patrimonial	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Deemed Cost – Celesc G	31.585	43.832
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(287.577)	(287.577)
	(255.992)	(243.745)

c) Lucro/Prejuízo Diluído por Ação

O cálculo do lucro/prejuízo por ação básico e diluído em 30 de junho de 2016 e de 2015 foi baseado no lucro/prejuízo do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 30 de junho de 2016 e de 2015, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre 31 de dezembro de 2015 e data da conclusão das Informações Trimestrais.

Nos períodos de 30 de junho de 2016 e de 2015 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro/prejuízo por ação.

c.1) Composição do Lucro/Prejuízo Básico e Diluído

	30 de junho 2016	Consolidado 30 de junho 2015
Média ponderada de ações (milhares):		
Ações ordinárias nominativas - ON	15.527	15.527
Ações preferenciais nominativas - PN	23.044	23.044
Lucro/prejuízo básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da Companhia (R\$):		
Ações ordinárias nominativas - ON	(3,6927)	2,1113
Ações preferenciais nominativas - PN	(4,0620)	2,3224
Lucro básico/prejuízo e diluído atribuído aos acionistas da Companhia (R\$):		
Ações ordinárias nominativas - ON	(57.338)	32.782
Ações preferenciais nominativas - PN	(93.607)	53.520
	(150.945)	86.301

27. Seguros

As coberturas de seguros, em 30 de junho de 2016, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:



Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado
				Segurado(i)
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	08.11.2011 a 21.12.2016	400.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2016 à 14.05.2017	20.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.06.2016 a 08.08.2016	18.768
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.06.2016 a 08.08.2016	9.384
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.06.2016 a 08.08.2016	9.384
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.06.2016 a 08.08.2016	18.768

(i) Informações não revisadas

28. Informações por Segmento de Negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos períodos de 30 de junho de 2016 e 2015, são as seguintes:

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	30 de junho de 2016	
				Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida - ROL	-	2.820.429	59.987	(1.302)	2.879.114
Custo das Vendas	-	(2.794.607)	(29.076)	1.302	(2.822.381)
Resultado Operacional Bruto	-	25.822	30.911	-	56.733
Despesas com Vendas	-	(106.730)	(424)	-	(107.154)
Despesas Gerais e Administrativas	(11.585)	(139.747)	(6.143)	-	(157.475)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(984)	20.238	(25)	-	19.229
Resultado de Equivalência Patrimonial	(140.009)	-	(500)	166.166	25.657
Resultado das Atividades	(152.578)	(200.417)	23.819	166.166	(163.010)
Receitas Financeiras	1.662	147.069	6.408	-	155.139
Despesas Financeiras	(29)	(212.197)	(14.996)	-	(227.222)
Resultado Financeiro, líquido	1.633	(65.128)	(8.588)	-	(72.083)
Lucro/Prejuízo antes IRPJ e CSLL	(150.945)	(265.545)	15.231	166.166	(235.093)
IRPJ e CSLL	-	90.000	(5.852)	-	84.148
Lucro/Prejuízo do Período	(150.945)	(175.545)	9.379	166.166	(150.945)
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.096.170	7.520.127	640.658		
Total dos Passivos	28.594	6.198.485	260.709		



					30 de junho de 2015
Descrição	Controladora	Celesc D (Reapresentado)	Celesc G (Reapresentado)	Ajustes de Consolidação	Total (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida - ROL	-	3.389.620	73.827	(1.104)	3.462.343
Custo das Vendas	-	(3.195.126)	(31.826)	1.104	(3.225.848)
Resultado Operacional Bruto	-	194.494	42.001	-	236.495
Despesas com Vendas	-	(87.321)	(375)	-	(87.696)
Despesas Gerais e Administrativas	(16.743)	(115.836)	(4.462)	-	(137.041)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	1.453	26.538	(543)	-	27.448
Resultado de Equivalência Patrimonial	100.633	-	(388)	(87.886)	12.359
Resultado das Atividades	85.343	17.875	36.233	(87.886)	51.565
Receitas Financeiras	1.968	204.191	8.560	(3.588)	211.131
Despesas Financeiras	(1.010)	(156.737)	(470)	3.588	(154.629)
Resultado Financeiro, Líquido	958	47.454	8.090	-	56.502
Lucro/Prejuízo antes IRPJ e CSLL	86.301	65.329	44.323	(87.886)	108.067
IRPJ e CSLL	-	(8.335)	(13.431)	-	(21.766)
Lucro/Prejuízo do Período	86.301	56.994	30.892	(87.886)	86.301
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.488.939	6.220.636	417.692		
Total dos Passivos	83.432	4.530.500	40.292		

28.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	30 de junho 2016	30 de junho 2015 Reapresentado
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	4.705.777	4.604.906
Suprimento de Energia Elétrica (a)	116.436	139.517
Disponibilização da Rede Elétrica	279.696	213.206
Atualização/juros Retorno Bonificação de Outorga	25.521	-
Renda de Prestação de Serviços	647	798
Energia Elétrica de Curto Prazo	325.451	219.110
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	(678.102)	54.940
Outras Receitas Operacionais	5.789	4.303
Doações e Subvenções (i)	311.752	241.949
Receita de Construção	181.582	182.352
	5.274.549	5.661.081
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(1.100.435)	(1.038.248)
PIS	(80.978)	(96.714)
COFINS	(372.991)	(445.472)
Reserva Global de Reversão – RGR	(302)	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(683.997)	(546.911)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(13.312)	(14.555)
Programa Eficiência Energética – PEE	(13.194)	(14.376)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(3.182)	(4.174)
Comp. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos – CFURH	(800)	(609)
Outros Encargos	(126.244)	(37.239)
	(2.395.435)	(2.198.738)
Receita Operacional Líquida – ROL	2.879.114	3.462.343



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no artigo 13, inciso VII, da Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei Federal nº 12.839 de 09 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

O montante da receita contabilizada como Subvenção e Repasse da CDE no primeiro semestre de 2016 foi de R\$299.143. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$12.609.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de junho 2016	30 de junho 2015	30 de junho 2016	30 de junho 2015	30 de junho 2016	30 de junho 2015
Residencial	2.188.573	2.120.473	2.875.833	2.799.125	1.724.621	1.565.602
Industrial	102.217	101.583	4.691.125	2.323.920	1.212.572	1.351.321
Comercial	252.380	245.478	2.080.526	1.931.832	1.180.551	1.137.271
Rural	234.030	233.874	690.450	681.532	254.724	245.282
Poder Público	22.117	21.644	224.230	213.920	134.569	121.172
Iluminação Pública	643	591	299.049	289.560	110.688	104.967
Serviço Público	3.084	2.845	172.261	164.534	88.052	79.291
Total do Fornecimento	2.803.044	2.726.488	11.033.474	8.404.423	4.705.777	4.604.906
Suprimento de Energia	99	49	1.108.750	1.442.427	116.455	139.517
Atualização/juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	25.521	-
Total	2.803.143	2.726.537	12.142.224	9.846.850	4.847.753	4.744.423

(i) Informações não revisadas

28.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	30 de junho de 2016				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	2.321.416	-	-	-	2.321.416
Pessoal (b)	160.162	64.848	27.126	5.709	257.845
Administradores	-	3.045	-	-	3.045
Despesa Atuarial	-	27.777	-	-	27.777
Entidade de Previdência Privada (b)	8.775	3.229	1.325	-	13.329
Material	7.337	2.567	-	-	9.904
Custo de Construção	181.582	-	-	-	181.582
Custos e Serviços de Terceiros	31.204	32.007	28.217	293	91.721
Depreciação e Amortização	103.813	16.493	-	984	121.290
Provisões Líquidas	(3.775)	-	27.310	(1.316)	22.219
Arrendamentos e Aluguéis	876	5.940	247	(25.320)	(18.257)
Outros Custos e Despesas	11.010	1.570	22.929	421	35.930
	2.822.400	157.476	107.154	(19.229)	3.067.801



30 de junho de 2015					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas (Reapresentado)	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas (Reapresentado)	Total (Reapresentado)
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	2.733.331	-	-	-	2.733.331
Pessoal (b)	157.248	63.184	26.001	5.117	251.550
Administradores	-	3.969	-	-	3.969
Despesa Atuarial	-	8.374	-	-	8.374
Entidade de Previdência Privada (b)	8.269	3.282	1.223	-	12.774
Material	6.431	2.423	1	-	8.855
Custo de Construção	182.352	-	-	-	182.352
Custos e Serviços de Terceiros	35.623	29.436	28.736	210	94.005
Depreciação e Amortização	101.183	16.000	-	-	117.183
Provisões Líquidas	(7.347)	-	(39.998)	(9.922)	(57.267)
Arrendamentos e Aluguéis	726	-	-	13.032	13.758
Outros Custos e Despesas	8.032	10.373	71.733	(35.885)	54.253
	3.225.848	137.041	87.696	(27.448)	3.423.137



a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Consolidado

Descrição	30 de junho 2016	GWh (i)	30 de junho 2015	GWh (i)
Açucareiro Zillo Lorenzetti S.A.	6.888	33	7.460	33
Aliança Geração de Energia S.A.	-	-	16.604	143
Brentech Energia S.A.	-	-	15.884	25
BTG Pactual Comercializadora	-	-	44.624	125
Candeias Energia S.A.	-	-	5.739	16
Capitale Energia Comercializadora	-	-	5.586	16
Cemig Geração e Transmissão S.A.	94.721	446	75.231	374
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	391.701	2.083	458.645	2.004
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	-	-	6.378	54
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	4.275	19	7.770	19
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	24.945	138	149.469	137
Centrais Elétricas Norte do Brasil	-	-	7.242	52
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	13.212	143	13.244	193
Companhia Energética de Petrolina – CEP	15.518	100	72.834	99
Companhia Energética de São Paulo – CESP	60.684	538	62.803	433
Companhia Energética Estreito	18.839	102	17.213	102
Companhia Energética Potiguar	11.616	67	73.230	66
Companhia Hidrelétrica São Francisco	10.777	422	-	-
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	7.562	105	-	-
Copel Geração e Transmissão S.A.	57.469	384	63.946	470
Eletrobras Termonuclear S.A.	64.829	351	55.612	359
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	4.732	26	-	-
Empresa Energética Porto das Pedras	4.954	26	-	-
Energética Suape II S.A.	25.054	101	30.167	101
Enguia Gen Ba Ltda - Jaguarari	-	-	8.138	68
Foz do Chapecó Energia S.A.	19.768	103	18.134	103
Furnas Centrais Elétricas S.A.	112.314	879	110.535	813
Geradora de Energia do Norte S.A.	-	-	5.345	18
Lages Bioenergética Ltda.	23.539	96	21.938	96
Linhares Geração S.A.	5.497	16	5.426	16
Petrobrás S.A. – Ute Governador Leon	145.766	908	290.913	903
Porto do Pecem Geração de Energia	42.495	235	42.274	234
Rio PCHI S.A.	5.225	27	-	-
Rio Paraná Energia S.A.	16.479	-	-	-
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	4.926	26	-	-
Santo Antônio Energia S.A.	71.044	623	62.280	539
Serra do Facão Energia S.A.	9.276	48	8.472	48
Tractebel Energia S.A.	217.369	1.261	219.363	1.418
Tradner Ltda	-	-	14.465	41
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda.	-	-	19.934	16
Usina Xavantes S.A - Aruanã	-	-	41.446	18
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	21.508	121	20.531	120
Conta Bandeira Tarifária	-	-	(6.569)	-
Outros	102.404	983	94.962	817
	1.615.386	10.410	2.180.776	10.127
Energia Elétrica Comprada para Revenda - CP	396.235	(303)	259.569	-
Encargo de Uso da Rede Elétrica	227.624	191	232.530	-
Proinfa	82.171	-	60.456	208
	706.030	(112)	552.555	208
	2.321.416	10.298	2.733.331	10.335



b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2016	30 de junho 2015	30 de junho 2016	30 de junho 2015
Pessoal				
Remunerações	6.204	10.262	141.394	136.274
Encargos Sociais	124	131	53.688	50.771
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	7.142	11.083
Benefícios Assistenciais	-	-	17.826	17.007
Provisões e Indenizações	20	28	37.677	36.263
Outros	110	110	118	152
Entidade de Previdência Privada	2	-	13.329	12.774
	6.460	10.531	271.174	264.324

28.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2016	30 de junho 2015	30 de junho 2016	30 de junho 2015
				Reapresentado
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	1.687	1.020	60.834	19.613
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	45.219	35.142
Variações Monetárias	-	-	18.556	12.411
Atualização monetária s/ Ativos Regulatórios	-	-	5.948	34.114
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	-	8.700
Deságio Fornecedor	-	-	115	45
Desvalorização Cambial s/ Energia Vendida	-	-	19.272	7.265
Renda de Dividendos	-	982	-	982
Juros sobre Capital Próprio	-	1.212	-	1.212
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	-	(1.212)	-	(1.212)
Receita Financeira de VNR	-	-	6.387	90.854
Outras Receitas Financeiras	56	78	6.373	2.143
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(81)	(112)	(7.565)	(138)
	1.662	1.968	155.139	211.131
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	(31.410)	(43.419)
Atualização Reserva Matemática a amortizar	-	-	(39.839)	(44.521)
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	-	-	(700)	-
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(11.209)	(28.087)
Variações Monetárias	-	-	(2.027)	(1.353)
Amortização do Ágio	-	(986)	-	(986)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(14.988)	(12.417)
Atualização Monet. Ativo Financeiro	-	-	(59.007)	-
Despesa Financeira - VNR	-	-	-	(198)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(58.918)	(19.706)
Atualização Bonificação de Outorga	-	-	(5.383)	-
Outras Despesas Financeiras	(29)	(24)	(3.741)	(3.942)
	(29)	(1.010)	(227.222)	(154.629)
Resultado Financeiro	1.633	958	(72.083)	56.502



29. Informações Complementares da Celesc D

29.1. Balanço Patrimonial

Ativo	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Circulante	3.728.573	3.361.980
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.109.916	734.239
Contas a Receber de Clientes	1.305.724	1.437.865
Estoques	7.368	7.838
Tributos a Recuperar	187.489	155.802
Ativo Financeiro Parcela A	-	248.458
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	961.378	662.236
Outros Créditos	156.698	115.542
Não Circulante	3.957.118	3.840.364
Ativo Indenizatório (Concessão)	314.346	196.520
Contas a Receber de Clientes	17.263	15.918
Tributos Diferidos	478.627	214.282
Tributos a Recuperar	20.948	15.029
Depósitos Judiciais	141.925	143.911
Ativo Financeiro - Parcela A	-	196.901
Outros Créditos	1.905	2.119
Intangível	2.982.104	3.055.684
Total do Ativo	7.685.691	7.202.344

Passivo	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Circulante	4.117.156	3.289.482
Fornecedores	512.174	723.456
Empréstimos e Financiamentos	203.099	217.157
Debêntures	406.098	301.598
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	134.764	130.423
Tributos e Contribuições Sociais	337.601	240.907
Dividendos Propostos	11.592	19.320
Taxas Regulamentares	1.947.230	1.413.205
Previdência Privada	13.502	18.343
Passivo Atuarial	176.100	173.171
Passivo Financeiro - Parcela A	326.770	-
Outros Passivos	48.226	51.902
Não Circulante	2.246.893	2.411.811
Empréstimos e Financiamentos	224.110	325.017
Debêntures	199.315	299.133
Taxas Regulamentares	195.024	254.714
Passivo Atuarial	1.196.458	1.236.010
Provisão para Contingências	293.155	294.462
Passivo Financeiro - Parcela A	136.356	-
Outros Passivos	2.475	2.475
Patrimônio Líquido	1.321.642	1.501.051
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	731.174	735.038
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(287.577)	(287.577)
Prejuízos Acumulados	(175.545)	-
Total do Passivo	7.685.691	7.202.344



29.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de junho 2016	30 de junho 2015 Reapresentado
Receita Operacional Líquida – ROL	2.820.429	3.389.620
Receita de Serviço de Energia Elétrica	2.638.847	3.207.268
Receita de Construção	181.582	182.352
Custos Operacionais	(2.794.607)	(3.195.126)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(2.613.025)	(3.012.774)
Custo de Construção	(181.582)	(182.352)
Resultado Operacional Bruto	25.822	194.494
Despesas Operacionais	(226.239)	(176.619)
Despesas com Vendas	(106.730)	(87.321)
Despesas Gerais e Administrativas	(139.747)	(115.836)
Outras Despesas Operacionais	20.238	26.538
Resultado das Atividades	(200.417)	17.875
Resultado Financeiro	(65.128)	47.454
Receitas Financeiras	147.069	204.191
Despesas Financeiras	(212.197)	(156.737)
Lucro/Prejuízo Antes do IRPJ e da CSLL	(265.545)	65.329
IRPJ e CSLL	90.000	(8.335)
Diferido	264.344	122.777
Corrente	(174.344)	(131.112)
Lucro/Prejuízo do Período	(175.545)	56.994

29.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de junho 2016	30 de junho 2015 Reapresentado
Receita Operacional Bruta – ROB	5.210.581	5.581.438
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	4.686.988	4.570.189
Suprimento de Energia Elétrica (a)	95.573	93.487
Ativos e Passivos Financeiros	(678.102)	54.940
Disponibilização da Rede Elétrica	280.901	214.310
Energia de Curto Prazo	325.451	219.110
Doações e Subvenções	311.752	241.949
Receita de Construção	181.582	182.352
Outras Receitas Operacionais	6.436	5.101
Deduções da Receita Operacional Bruta	(2.390.152)	(2.191.818)
ICMS	(1.100.435)	(1.038.248)
PIS	(80.277)	(95.776)
COFINS	(369.762)	(441.149)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(683.997)	(546.911)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(13.194)	(14.376)
Programa Eficiência Energética – PEE	(13.194)	(14.376)
Taxa de Fiscalização	(3.049)	(3.743)
Outros Encargos	(126.244)	(37.239)
Receita Operacional Líquida – ROL	2.820.429	3.389.620



a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de junho 2016	30 de junho 2015	30 de junho 2016	30 de junho 2015	30 de junho 2016	30 de junho 2015
Residencial	2.188.573	2.120.473	2.875.833	2.799.125	1.724.621	1.565.602
Industrial	102.203	101.564	4.582.423	2.182.173	1.193.783	1.316.604
Comercial	252.380	245.478	2.080.526	1.931.832	1.180.551	1.137.271
Rural	234.030	233.874	690.450	681.532	254.724	245.282
Poder Público	22.117	21.644	224.230	213.920	134.569	121.172
Iluminação Pública	643	591	299.049	289.560	110.688	104.967
Serviço Público	3.084	2.845	172.261	164.534	88.052	79.291
Total do Fornecimento	2.803.030	2.726.469	10.924.772	8.262.676	4.686.988	4.570.189
Suprimento de Energia	48	51	885.675	774.328	95.573	93.487
Total Geral	2.803.078	2.726.520	11.810.447	9.037.004	4.782.561	4.663.676

(i) Informações não revisadas

29.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas:

Descrição	30 de junho de 2016				
	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comp. Revenda	2.313.843	-	-	-	2.313.843
Pessoal	157.457	54.668	26.991	5.709	244.825
Despesa Atuarial	-	27.777	-	-	27.777
Entidade de Previdência Privada	8.775	3.227	1.325	-	13.327
Material	7.291	2.406	-	-	9.697
Custo de Construção	181.582	-	-	-	181.582
Custo e Serviços de Terceiros	29.065	29.550	27.960	293	86.868
Depreciação e Amortização	83.822	15.773	-	-	99.595
Provisões Líquidas	-	-	27.310	(1.307)	26.003
Outros Custos de Despesas	12.772	6.346	23.144	(24.933)	17.329
	2.794.607	139.747	106.730	(20.238)	3.020.846

30 de junho de 2015

Reapresentado

Descrição	30 de junho de 2015				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comp. Revenda	2.729.835	-	-	-	2.729.835
Pessoal	154.434	49.800	25.865	5.117	235.516
Despesa Atuarial	-	8.374	-	-	8.374
Entidade de Previdência Privada	8.269	3.282	1.223	-	12.774
Material	6.283	2.208	1	-	8.492
Custo de Construção	182.352	-	-	-	182.532
Custo e Serviços de Terceiros	33.484	27.091	28.526	210	89.311
Depreciação e Amortização	70.463	15.636	-	-	86.099
Provisões Líquidas	-	-	(39.998)	(8.672)	(48.670)
Outros Custos de Despesas	10.006	9.445	71.704	(23.193)	67.962
	3.195.126	115.836	87.321	(26.538)	3.371.745



30. Informações Complementares da Celesc G

30.1. Balanço Patrimonial

Ativo	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Circulante	205.689	200.859
Caixa e Equivalentes de Caixa	139.587	162.573
Contas a Receber de Clientes	42.546	37.220
Estoques	163	198
Tributos a Recuperar	1.438	466
Ativo Financeiro	21.822	-
Outras contas a receber	133	402
Não Circulante	434.969	223.211
Tributos a Recuperar	202	202
Depósitos Judiciais	122	113
Partes Relacionadas	488	488
Ativo Financeiro	229.140	-
Investimentos	39.214	39.924
Imobilizado	159.820	174.805
Intangível	5.983	7.679
Total do Ativo	640.658	424.070

Passivo	30 de junho 2016	31 de dezembro 2015
Circulante	105.397	48.657
Fornecedores	8.905	9.023
Debêntures	1.856	-
Tributos e Contribuições Sociais	1.469	28.282
Dividendos Propostos	4.796	7.993
Taxas Regulamentares	1.723	2.367
Outros Passivos	86.648	992
Não Circulante	155.312	3.244
Debêntures	147.294	-
Tributos Diferidos	5.435	327
Provisão para Contingências	919	928
Taxas Regulamentares	1.664	1.989
Patrimônio Líquido	379.949	372.169
Capital Social Realizado	250.000	145.532
Reservas de Lucro	76.738	182.805
Ajuste de Avaliação Patrimonial	31.585	43.832
Lucro Acumulado	21.626	-
Total do Passivo	640.658	424.070



30.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de junho 2016	30 de junho 2015 Reapresentado
Receita Operacional Líquida – ROL		
Receita	59.987	73.827
Custos Operacionais		
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(29.076)	(31.826)
Resultado Operacional Bruto	30.911	42.001
Despesas Operacionais	(7.092)	(5.768)
Despesas com Vendas	(424)	(375)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.143)	(4.462)
Provisões, Líquidas	9	(203)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(500)	(388)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	(34)	(340)
Resultado das Atividades	23.819	36.233
Resultado Financeiro	(8.588)	8.090
Receitas Financeiras	6.408	8.560
Despesas Financeiras	(14.996)	(470)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	15.231	44.323
IRPJ e CSLL	(5.852)	(13.431)
Corrente	(744)	(14.607)
Diferido	(5.108)	1.176
Lucro do Período	9.379	30.892

30.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de junho 2016	30 de junho 2015 Reapresentado
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Industrial	18.789	34.717
Suprimento de Energia Elétrica (a)	13.773	12.770
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	7.187	33.260
Atualização/juros Retorno Bonificação de Outorga	25.521	-
	65.270	80.747
Deduções da Receita Operacional		
PIS	(701)	(938)
COFINS	(3.229)	(4.323)
Reserva Global de Reversão – RGR	(302)	(440)
Taxa Fiscalização ANEEL - TFSEE	(133)	(431)
Pesquisa e desenvolvimento – P & D	(118)	(179)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(800)	(609)
	(5.283)	(6.920)
Receita Operacional Líquida – ROL	59.987	73.827



a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de junho 2016	30 de junho 2015	30 de junho 2016	30 de junho 2015	30 de junho 2016	30 de junho 2015
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	14	19	108.702	141.747	18.789	34.717
Suprimento de Energia	51	5	214.237	32.613	13.773	12.770
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	8.838	86.778	7.187	33.260
Total do Fornecimento	65	24	331.777	261.138	39.749	80.747
Atualização/juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	25.521	-
Total	65	24	331.777	261.138	65.270	80.747

(i) Informações não revisadas.

30.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de junho de 2016				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	7.651	-	-	-	7.651
Pessoal	2.705	3.722	135	-	6.562
Material	46	161	-	-	207
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.205	-	-	-	1.205
Custos e Serviços de Terceiros	2.139	1.005	257	-	3.401
Depreciação e Amortização	19.991	717	-	-	20.708
Seguros	-	68	-	-	68
Provisões Líquidas	(3.775)	-	-	(9)	(3.784)
Tributos	(482)	108	32	-	(342)
Aluguéis	-	158	-	-	158
Outros Custos e Despesas	(404)	204	-	34	(166)
	29.076	6.143	424	25	35.668

Descrição	30 de junho de 2015 Reapresentado				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	3.496	-	-	-	3.496
Pessoal	2.814	2.853	136	-	5.803
Material	148	215	-	-	363
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.104	-	-	-	1.104
Custos e Serviços de Terceiros	2.139	752	210	-	3.101
Depreciação e Amortização	30.720	362	-	-	31.082
Seguros	-	69	-	-	69
Provisões Líquidas	(7.347)	-	-	203	(7.144)
Tributos	(1.248)	71	29	-	(1.148)
Aluguéis	-	109	-	-	109
(-) Recuperação de Despesas	-	-	-	340	340
Outros Custos e Despesas	-	31	-	-	31
	31.826	4.462	375	543	37.206



31. Eventos Subsequentes

31.1. Revisão Tarifária da Celesc D

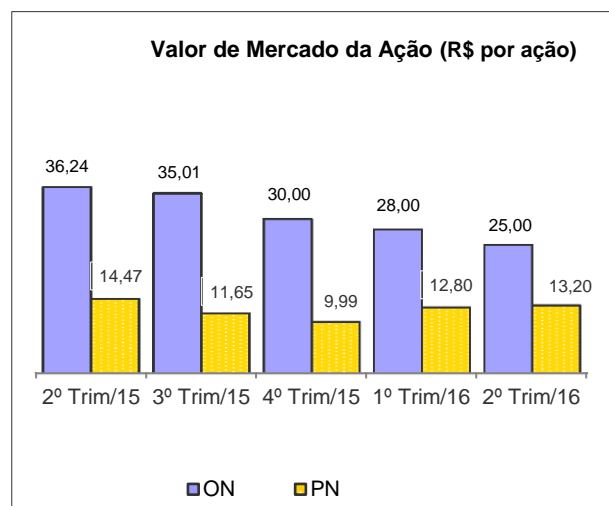
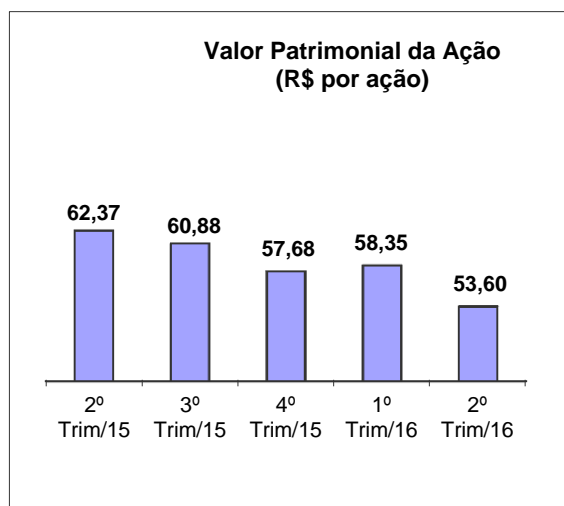
A ANEEL, por meio do Despacho nº 1.920, de 20 de julho 2016, declarou o valor da Base de Remuneração Bruta de R\$ 5.731, da Base de Remuneração Líquida de R\$ 3.007 e a taxa de depreciação média de 3,78% a.a., para fins de Revisão Tarifária da Celesc D. No entanto, somente no dia 16 de agosto de 2016, quando da votação em reunião da Diretoria Colegiada da ANEEL é que será finalizado e oficializado o processo do 4º ciclo de Revisão Tarifária.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

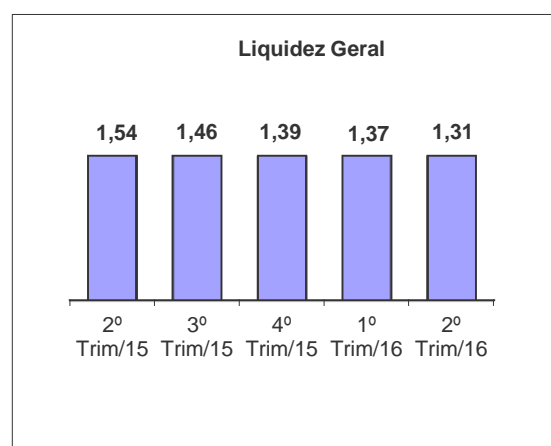
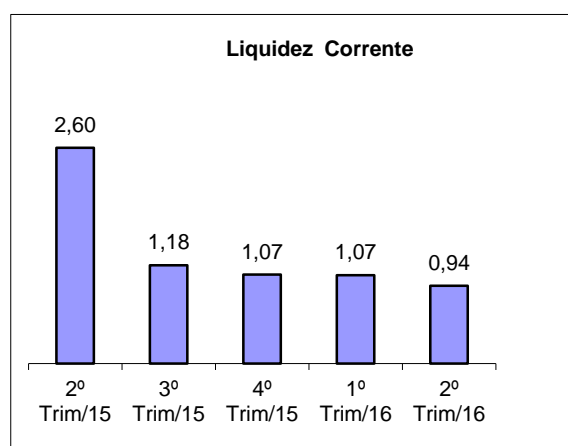


1. Indicadores Financeiros Trimestrais

1.1. Patrimoniais



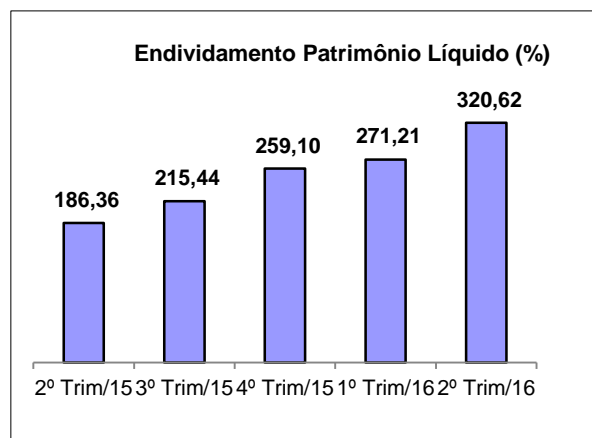
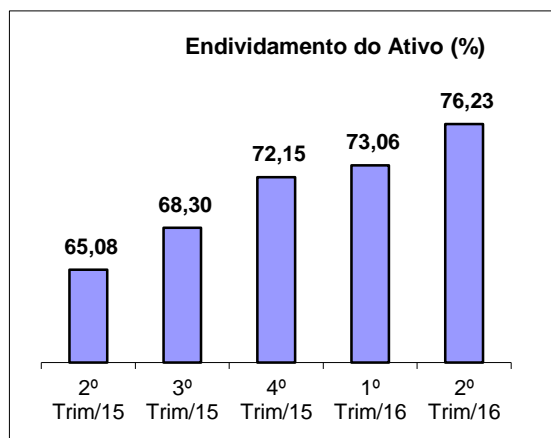
1.2. Liquidez



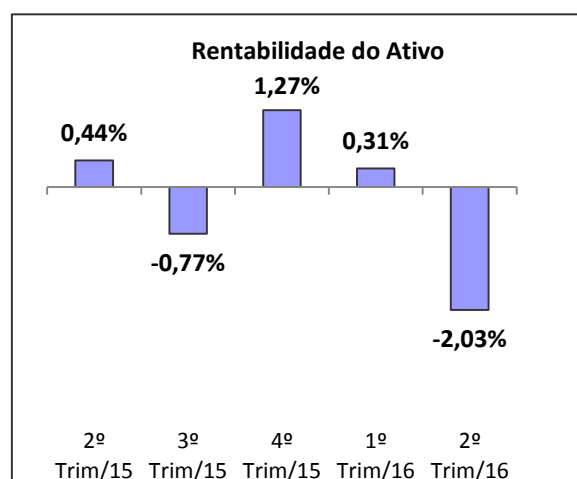
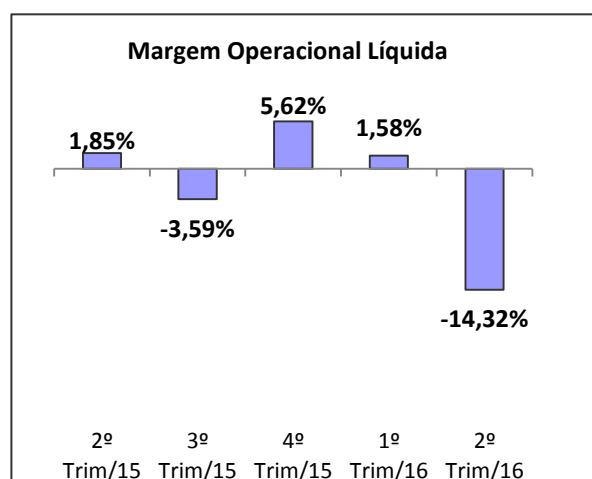
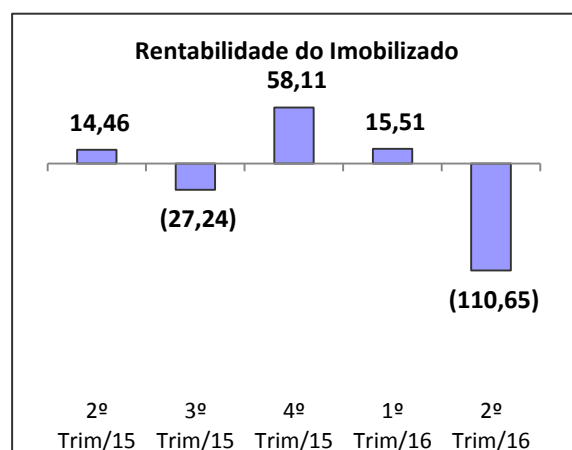
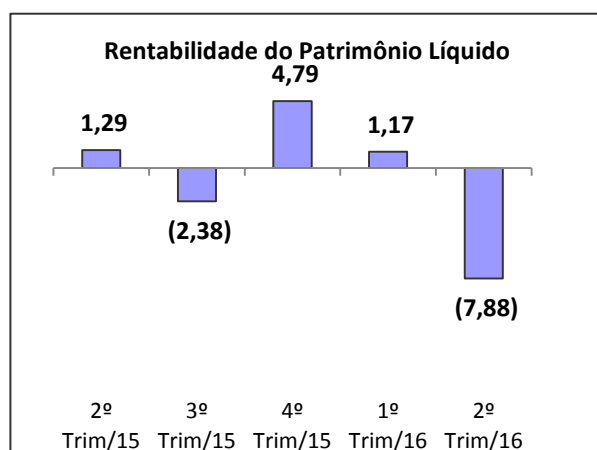
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



1.3. Endividamento



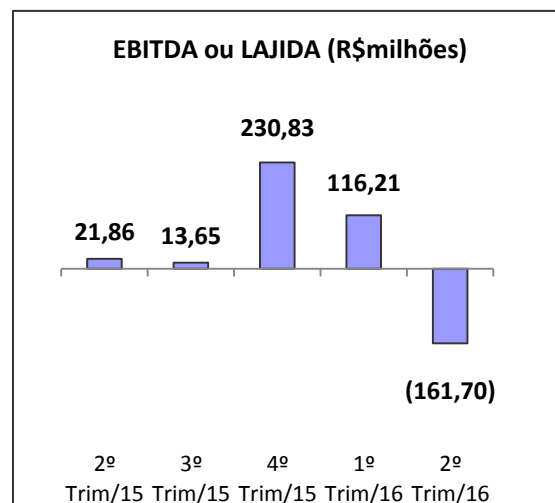
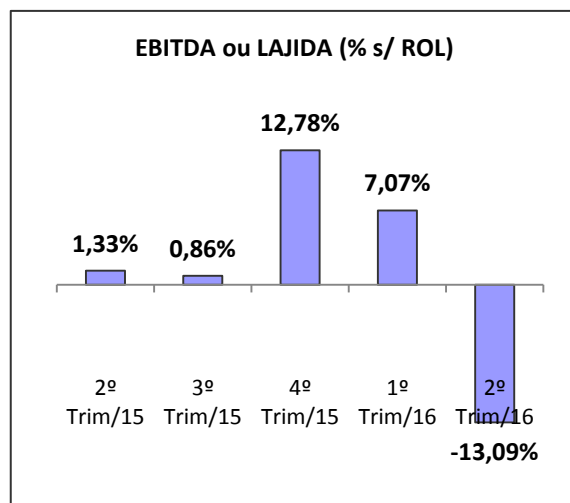
1.4. Rentabilidade



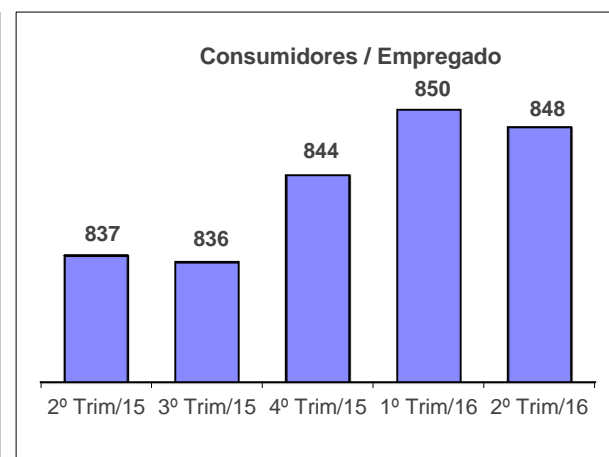
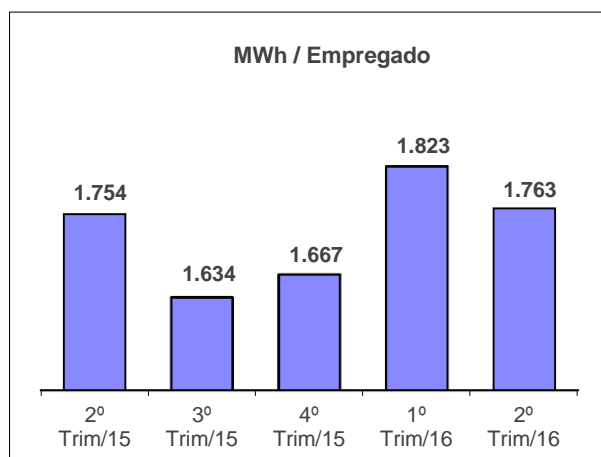
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



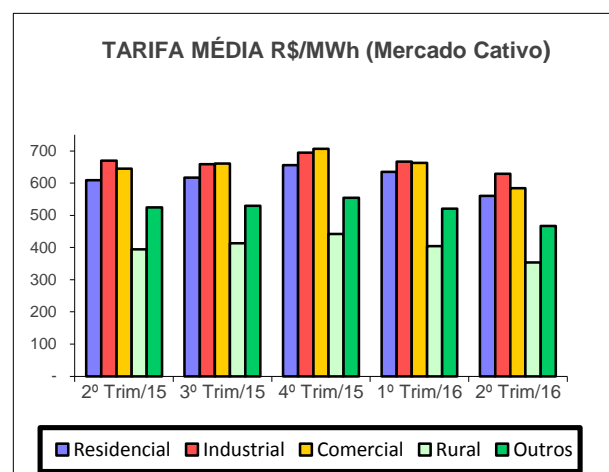
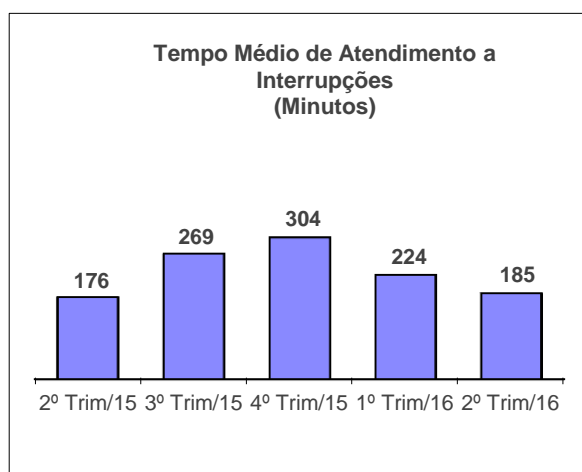
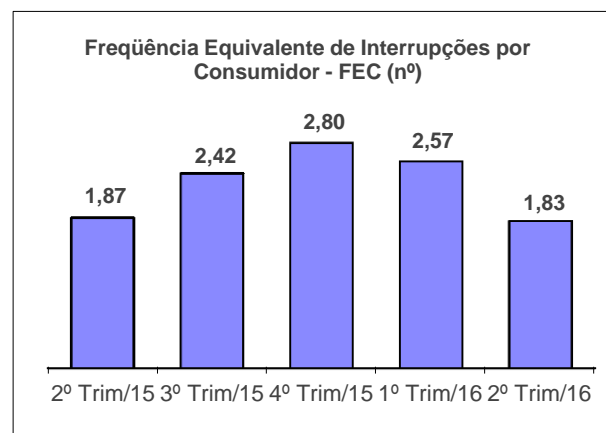
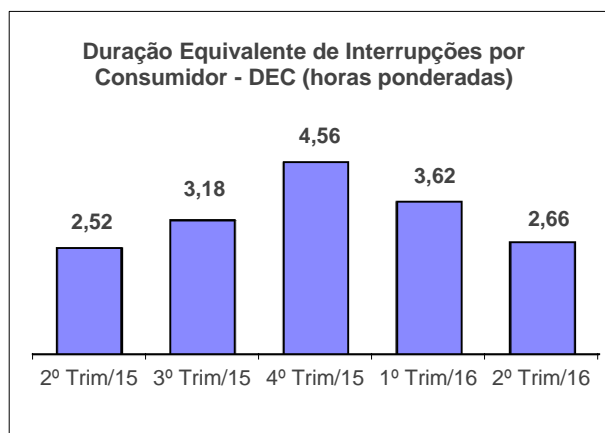
5. EBITDA ou LAJIDA



1.6. Eficiência



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Joinville, 8 de agosto de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Ricardo Schenk Duque

Auditores Independentes

Contador

CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-SC

CRC n.º 1 RS-060.571/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos

Regulatórios e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão e

Novos Negócios

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

Nelson Marcelo Santiago

Diretor de Gestão Corporativa

Rubens José Della Volpe

Diretor de Planejamento

e Controle Interno

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e

Relações com Investidores

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com a opinião dos auditores independentes da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a respeito das Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos

Regulatórios e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão e

Novos Negócios

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

Nelson Marcelo Santiago

Diretor de Gestão Corporativa

Rubens José Della Volpe

Diretor de Planejamento

e Controle Interno

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e

Relações com Investidores

José Brulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8